

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALEXANDRE DE SOUZA GOMES

A GUERRA CIVIL EM SERRA LEOA (1991-2002) E SEU PROCESSO DE RESOLUÇÃO:

uma análise à luz da teoria de John Paul Lederach.

Rio de Janeiro

2018

CC ALEXANDRE DE SOUZA GOMES

A GUERRA CIVIL EM SERRA LEOA (1991-2002) E SEU PROCESSO DE RESOLUÇÃO:
uma análise à luz da teoria de John Paul Lederach.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG(Ref.) Oliveira Neto

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida e pelas grandes bênçãos derramadas sobre a minha vida. À minha esposa Elaine, pelo amor e apoio demonstrados em toda e qualquer situação, além da paciência e compreensão da importância do esforço que tenho empreendido desde os estudos preparatórios para o exame do CEMOS. Aos meus familiares, por tudo o que fizeram por mim. Aos meus amigos, por contribuírem para que meus dias sejam sempre alegres. Ao meu orientador, CMG(Ref.) Oliveira Neto, pelo apoio durante a elaboração desta dissertação e pelo direcionamento sempre preciso das melhorias que se fizeram necessárias até o texto final. Enfim, aos instrutores da EGN, pelos ensinamentos transmitidos e demonstração de interesse em proporcionar não só a mim, mas a toda a turma, a melhor formação possível.

RESUMO

O conflito ocorrido em Serra Leoa entre 1991 e 2002 esteve inserido no contexto do pós-colonialismo europeu no continente africano. Após a independência do país, em 1961, os governos não conseguiram eliminar os problemas provenientes da era colonial, tampouco unificar os grupos sociais em prol do bem comum. Pelo contrário, alguns antagonismos entre grupos distintos foram exacerbados, contribuindo para a piora das condições sociais, econômicas e políticas, além de favorecer o surgimento da *Revolutionary Unit Front* (RUF), grupo insurgente que aspirava a derrubada do governo e a ascensão ao poder. Com uma complexa rede de relacionamentos e o apoio do governo da Libéria, a RUF conseguiu armar-se e manter sua capacidade de ação e reação, utilizando o diamante como moeda de troca. Fatos marcantes da guerra civil em Serra Leoa foram a violência extrema contra a população civil, o grande número de deslocados e refugiados e o uso, pela RUF, de crianças e adolescentes no *front*. O propósito desta dissertação é apresentar os principais fatos relacionados a este conflito e analisar seu processo de resolução à luz do modelo teórico de John Paul Lederach. Esta teoria caracteriza-se por sua grande robustez, incorporando elementos da teoria de Johan Galtung sobre a violência, do modelo de Marie Dugan para a visão sistêmica dos conflitos e do modelo de Adam Curle sobre sua evolução temporal. Baseado na teoria de Lederach, serão identificadas as causas-raízes da guerra civil em Serra Leoa, o processo de transformação de um cenário caótico de violência para um contexto de controle das hostilidades, o relacionamento esperado entre as estruturas sociais ao fim do conflito e as ações tomadas para evitar seu reinício. O desenvolvimento analítico ao longo da dissertação demonstrará que a negociação para a construção da paz, embora possa ser considerada bem-sucedida, não contou com a participação efetiva das lideranças dos níveis sociais mais baixos da pirâmide multinível proposta por Lederach. O desenho de pesquisa utilizado para a elaboração do presente trabalho é a “descrição do fenômeno”, ou seja, a descrição do conflito em Serra Leoa e do seu processo de resolução à luz da teoria de Lederach.

Palavras-chave: Serra Leoa. Lederach. *Revolutionary Unit Front* (RUF). Libéria. Violência. Negociação. Resolução. Construção da paz. Diamante.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 – Pirâmide multinível de Lederach.....	56
2 – Modelo multiparadigma de Marie Dugan.....	57
3 – Modelo de evolução temporal do conflito, de Adam Curle.....	57
4 – Enquadramento temporal do processo de resolução dos conflitos.....	58
5 – Modelo de Lederach.....	58
6 – Divisão do território de Serra Leoa por etnias.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRC –	<i>Armed Forces Revolutionary Council</i>
APC –	<i>All People’s Congress</i>
CCP –	<i>Commission for the Consolidation of Peace</i>
CDF –	<i>Civil Defense Force</i>
CGG –	<i>Campaign for Good Governance</i>
CICV –	<i>Comité Internacional da Cruz Vermelha</i>
CMRRD –	<i>Management of Strategic Resources, National Reconstruction and Development</i>
ECOMOG –	<i>Economic Community of West African States Monitoring Group</i>
ECOWAS –	<i>Economic Community of West African States</i>
EO –	<i>Executive Outcomes</i>
HRC –	<i>Human Rights Committee</i>
IRCSL –	<i>Inter-Religious Council of Sierra Leone</i>
MRD –	<i>Movement for the Restoration of Democracy</i>
NCCP –	<i>National Coordinating Commission for Peace</i>
NMJD –	<i>Network Movement for Justice and Development</i>
NPFL –	<i>National Patriotic Front of Liberia</i>
NPRC –	<i>National Provisional Ruling Council</i>
NUSS –	<i>National Union of Sierra Leone Students</i>
ONU –	<i>Organização das Nações Unidas</i>
OUA –	<i>Organização da Unidade Africana</i>
RUF –	<i>Revolutionary Unit Front</i>
SLA –	<i>Sierra Leone Army</i>

SLAUW – *Sierra Leone Association of University Woman*

SLPP – *Sierra Leone People’s Party*

SLST – *Sierra Leone Selection Trust*

SLWF – *Sierra Leone Woman’s Forum*

TRC – *Truth and Reconciliation Commission*

UNDP – *United Nations Development Programme*

UNAMSIL – *United Nations Mission in Sierra Leone*

UNIOSIL – *United Nations Integrated Office in Sierra Leone*

UNIPSIL – *United Nations Integrated Peacebuilding Office in Sierra Leone*

UNOMSIL – *United Nations Observer Mission in Sierra Leone*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DESCRIÇÃO TEÓRICA	11
2.1	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO	11
2.2	A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O TRABALHO DE JOHAN GALTUNG	12
2.3	A TEORIA DE JOHN PAUL LEDERACH	14
3	ORIGENS DO CONFLITO EM SERRA LEOA	23
3.1	FATOS RELEVANTES ANTERIORES À INDEPENDÊNCIA	23
3.2	DA INDEPENDÊNCIA AO INÍCIO DA GUERRA CIVIL	27
4	O DESENNOLAR DO CONFLITO E O PROCESSO DE RESOLUÇÃO	31
4.1	O PORQUÊ DE UM CONFLITO PROLONGADO	31
4.2	O DESENNOLAR DO CONFLITO: DE 1991 A 1997	32
4.3	O ACORDO DE ABIDJAN	37
4.4	DO GOLPE CONTRA O GOVERNO DE KABBAH AO ACORDO DE LOMÉ	39
4.5	BREVE HISTÓRICO DAS LIDERANÇAS DE NÍVEL 2 EM SERRA LEOA	41
4.6	O ACORDO DE LOMÉ	43
4.7	O PERÍODO 1999 – 2014	46
4.8	SUMÁRIO DOS FATORES DE SUCESSO DO ACORDO DE LOMÉ	48
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXO A	56

1 INTRODUÇÃO

O conflito em Serra Leoa, ocorrido entre 1991 e 2002, pode ser inserido no contexto do pós-colonialismo europeu no continente africano e resultou, em grande parte, das relações de poder construídas durante o período colonial, da incapacidade dos governos de gerenciar os problemas internos, bem como de promover a unificação dos diversos setores da sociedade em torno de uma pauta que beneficiasse a todos. Pelo contrário, os diferentes governos do período pós-independência tomaram ações que exacerbaram os antagonismos existentes e criaram as condições ideais para a escalada da violência. Em outras palavras, tratava-se de governos com grandes problemas de representatividade, incapazes de satisfazer minimamente as necessidades da população e fracos ao ponto de não conseguirem conter o radicalismo crescente.

Uma das principais características da guerra civil em Serra Leoa foi o terror que afligiu a população, sobre a qual foi exercida uma violência pautada em atos de extrema crueldade, que incluíram pilhagens, torturas, assassinatos e recrutamento de crianças e adolescentes pelo grupo insurgente *Revolutionary Unit Front*¹ (RUF). Outra importante característica foi a utilização do maior produto de exportação do país, o diamante, para o financiamento do esforço de guerra do referido grupo. Isso somente foi possível por duas razões: o gerenciamento governamental ineficiente no que tange à extração mineral e o relacionamento da RUF com lideranças políticas corruptas de outros Estados vizinhos, especialmente a Libéria.

No entanto, embora o caos tenha sido generalizado e muitos erros tenham sido cometidos nas primeiras tentativas pôr fim à guerra civil, houve um momento em que as partes conflitantes aceitaram sentar-se à mesa de negociações. E são exatamente as ações inerentes à resolução do do conflito em pauta os principais focos de análise deste trabalho.

¹ Em português, Frente Unida Revolucionária.

Portanto, o propósito deste trabalho é descrever e analisar os principais fatos relacionados ao conflito em Serra Leoa, com foco no processo de reestabelecimento da paz. Mais do que isso, será analisado se o referido processo pode ser considerado um exemplo bem-sucedido de uma solução mediada, à luz da teoria de John Paul Lederach.

Para atingir o propósito a que se destina, esta dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução. O segundo capítulo destina-se não somente à descrição do modelo teórico desenvolvido por John Paul Lederach, mas também ao resumo da base conceitual sobre a qual sua teoria se apoia. O terceiro capítulo apresenta uma breve descrição dos principais fatos históricos desde a fundação de Freetown até o início da guerra civil, com o propósito de explicar suas causas-raízes. O quarto capítulo descreve os principais fatos ocorridos durante o conflito e apresenta uma análise do processo de resolução com base no modelo teórico adotado para este estudo. O quinto capítulo é uma conclusão, condensando os resultados das análises realizadas nos capítulos precedentes.

Ao final, as seguintes questões terão sido respondidas:

- a) Quais foram as causas-raízes do conflito em Serra Leoa?
- b) Como se deu o processo de transformação de um cenário de violência até uma situação de controle dos antagonismos?
- c) Qual o “futuro desejado” vislumbrado para as estruturas da sociedade? Em outras palavras, que alterações na sociedade seriam necessárias para que o “futuro desejado” pudesse se tornar uma realidade sustentada no longo prazo?
- d) Quais ações foram tomadas, após o cessar-fogo, para minimizar as chances de recorrência do conflito?

Vale ressaltar que a motivação para a abordagem do conflito em Serra Leoa no presente trabalho é multifacetada. Em primeiro lugar, por ser considerado um exemplo histórico importante da aplicação de medidas de restauração da paz. Além disso, o estudo dos

conflitos armados reveste-se de grande relevância quando se considera que a participação do Brasil em missões de paz vem crescendo com o passar dos anos.

O desenho de pesquisa utilizado será a “descrição do fenômeno”. Procurar-se-á descrever o conflito em Serra Leoa, desde seus antecedentes até as ações consequentes, procurando-se compreender o processo de resolução, identificando os acertos e as lacunas porventura existentes. Para a análise deste processo, conforme supracitado, será utilizada a teoria da resolução de conflitos de John Paul Lederach. Dado o propósito deste estudo, bem como a natureza das perguntas que serão respondidas, não serão levantadas hipóteses a serem testadas, uma vez que haveria grande dificuldade na definição de critérios claros de aceitação e rejeição das mesmas.

Por fim, vale mencionar que a principal limitação para o presente estudo está relacionada à sua extensão máxima, o que naturalmente restringe a profundidade da análise a ser realizada. No entanto, essa limitação possui um aspecto motivacional no que tange a uma maior produção de trabalhos sobre o tema, inclusive com outras abordagens teóricas, possibilitando, por exemplo, a comparação e a combinação de teorias.

2 DESCRIÇÃO TEÓRICA

O propósito deste capítulo é discorrer acerca dos principais conceitos teóricos que fundamentarão o desenvolvimento do tema em estudo. Inicialmente, será apresentada uma breve consideração acerca do conceito de negociação, uma vez que a resolução de um conflito geralmente envolve a negociação entre as partes. Posteriormente, será apresentado um resumo do trabalho de Johan Galtung acerca da violência e do processo de construção da paz, chegando-se, finalmente, ao conceito de “transformação do conflito” e ao modelo de John Paul Lederach. Este modelo será a base para a compreensão do processo de resolução do conflito em Serra Leoa.

2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

Em sua obra “*The Practical Negotiator*”, Zartman e Berman (1982) destacaram alguns aspectos fundamentais relacionados ao conceito de negociação. Em primeiro lugar, ressaltaram que se trata de processo cujo produto é uma decisão de comum acordo entre as partes envolvidas em um conflito. Posteriormente, destacaram que por ser um processo, a negociação se desenvolve por meio de uma série de estágios, que compreendem sequências de ações, comportamentos e táticas que variarão de acordo com a natureza do conflito. No caso de um conflito armado, Bercovitch (1996) destacou que o processo de negociação geralmente requer uma mediação por uma ou mais partes neutras, de modo a aumentar suas chances de sucesso ou mesmo permitir que haja um diálogo entre as partes antagônicas.

A resolução de conflitos pode ser compreendida, portanto, como um processo de negociação. Neste sentido, vale mencionar que autores como Kelman e Fischer (2003) enfatizaram o papel da psicologia social no desenrolar dos conflitos e, por conseguinte, da necessidade de levá-los em consideração durante os processos de resolução, ampliando a abordagem tradicional das escolas realista e neorrealista. Desta nova abordagem, depreende-

se que a compreensão da identidade coletiva dos grupos antagônicos permite um melhor direcionamento das ações a serem empreendidas em prol da resolução de conflitos.

2.2 A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O TRABALHO DE JOHAN GALTUNG

Este estudo considerará a evolução do processo de resolução de conflitos a partir do trabalho *Violence, Peace and Research*, publicado em 1969 por Johan Galtung, dada a sua influência em estudos posteriores. Pode-se afirmar que embora os modelos mais atuais de resolução de conflitos apresentem uma maior completude teórica, a importância do trabalho supracitado transcende o prisma meramente histórico, sendo Galtung o primeiro autor a desenvolver o conceito de *peacebuilding*² (PAFFENHOLZ, 2013).

Considerando que a escalada da violência é consequência natural da eclosão dos conflitos armados, faz-se necessário delimitar o escopo do termo “violência”. Galtung (1969) estabeleceu, inicialmente, duas classes de violência: direta e estrutural. A violência direta caracteriza-se por um evento ou acontecimento com potencial de causar sequelas, ferimentos e danos psicológicos. Como exemplos, podem-se citar as ações de um grupo armado contra outro, atentados, estupros, tortura e genocídio. A violência estrutural, por sua vez, é a resultante do desbalanceamento de poder entre grupos sociais distintos. Quanto maior o desbalanceamento, maior será a probabilidade da exacerbação dos preconceitos e discriminações porventura existentes, podendo estes fatores funcionarem como gatilhos para atos de violência direta.

Em 1990, Galtung criou o conceito de violência cultural, relacionada a aspectos como ideologia e religião, sendo tais aspectos utilizados como pretextos para justificar a violência direta ou estrutural. Rupesinghe e Anderlini (1998) esclareceram que este conceito diz respeito a quaisquer aspectos ou elementos particulares de uma cultura que encoraje ou justifique a violência.

² Este termo pode ser traduzido para o português como “construção da paz”.

Em seu trabalho *Violence, Peace and Research*, Galtung (1969) apresentou, ainda, dois importantes conceitos: paz positiva e paz negativa. A paz negativa foi definida como a ausência de violência direta, mas com a permanência da violência estrutural ou cultural. A paz positiva, por sua vez, seria a ausência não apenas da violência direta, mas também da violência estrutural e da injustiça social.

No que tange ao conflito, Galtung (1990) identificou três elementos que necessariamente têm que se fazer presentes para que haja seu agravamento e, por conseguinte, a escalada da violência: contradição, comportamento destrutivo e atitude. A contradição refere-se aos objetivos antagônicos entre as partes. A atitude refere-se às percepções que cada parte possui em relação à(s) outra(s). O comportamento destrutivo, por sua vez, diz respeito ao ato violento propriamente dito. Percebe-se, portanto, que Galtung propôs uma sistematização da ideia de violência não somente no sentido de classificá-la, mas também com vistas a identificar e analisar seus elementos intrínsecos.

A novidade apresentada por Galtung no estudo dos conflitos foi a definição do termo *peacebuilding*. Até o final da Guerra Fria (1947-1991), as operações de paz focavam na cessação dos atos de violência direta, refletindo o conceito de paz negativa. Com o fim da Guerra Fria, o conceito de paz como ausência de violência direta deu lugar ao conceito de paz positiva (KEMER, PEREIRA e BLANCO, 2016). Percebeu-se que o gerenciamento do conflito com foco apenas no cessar-fogo não era efetivo, uma vez que não havia um processo de negociação entre as partes que abordasse as raízes da divergência. Por esta razão, observou-se a reincidência dos atos de violência direta em diversos conflitos, como em Angola (PAFFENHOLZ, 2013). Para aumentar as chances de sucesso no processo de negociação, Galtung (1975) desenvolveu o conceito de *peacebuilding*, que focava não apenas no cessar dos atos de violência direta, mas também no gerenciamento das causas fundamentais do conflito, geralmente relacionadas às violências estrutural e cultural. Esse

conceito foi posteriormente ampliado, com a construção da ideia de *conflict transformation*³, sendo John Paul Lederach um dos seus principais idealizadores.

2.3 A TEORIA DE JOHN PAUL LEDERACH

A base teórica do modelo idealizado por Lederach é bastante complexa, derivando da teoria desenvolvida por Galtung e sofrendo influência significativa de diversos outros acadêmicos. Nesse sentido, Paffenholz (2013) afirmou que

O fundamento conceitual da teoria da transformação do conflito pode ser encontrada na teoria de Galtung da violência e da construção da paz, no trabalho de Curle acerca da transformação da relação entre partes, no trabalho de Azar sobre conflitos sociais prolongados, no trabalho de Kelman e Fischer acerca da construção de relacionamentos, conhecida também como escola da “resolução de conflitos” e no trabalho de Paulo Freire, notavelmente a *Pedagogia do Oprimido*. A teoria da transformação do conflito também foi influenciada pelo debate sobre o sequenciamento da intervenção (...) conectando as abordagens do gerenciamento do conflito e da resolução do conflito⁴ (PAFFENHOLZ, 2013, p. 4, tradução nossa).

Percebe-se que Lederach baseou-se não apenas em teorias e autores diversos, mas também em campos bastante distintos para desenvolver seu modelo teórico, desde a abordagem da psicologia social por Kelman e Fischer até o modelo pedagógico transformacional de Paulo Freire. Todos esses estudos, no entanto, possuem um ponto em comum, que é a ênfase nas relações sociais.

A teoria de Lederach, ao incorporar um modelo para a resolução de conflitos, buscou integrar ainda mais os atores internos ao processo de construção da paz, diferenciando-se das teorias anteriores por enfatizar tanto os fatores que caracterizam cada uma das partes conflitantes, bem como a representatividade daqueles que são os mais afetados em um conflito, mas que são geralmente ignorados e não participam efetivamente do referido processo (PAFFENHOLZ, 2013). Pode-se, portanto, compreender o conceito de

³ Em português, esta expressão significa “transformação do conflito”.

⁴ Tradução do original em inglês: “The conceptual foundations of CT theory can be found in Galtung’s theory on violence and peacebuilding, Curle’s work on transforming relationships, Azar’s work on protracted social conflicts, Kelman and Fisher’s work on relationship-building, also known as the ‘conflict resolution’ school and Paulo Freire’s work, notably *Pedagogy of the Oppressed*. CT theory was also influenced by the debate on intervention sequencing (...) bridging conflict management and conflict resolution approaches.”

transformação do conflito como a união do conceito de Galtung sobre a construção da paz, da conscientização da importância de cada um dos atores internos no processo de negociação de um acordo entre as partes conflitantes e da consideração, durante a mediação, dos fatores psicossociais característicos de cada uma das partes.

2.3.1 Identificação dos atores e das abordagens para a transformação do conflito

A abordagem de Lederach, ao enfatizar a importância dos atores internos durante a resolução de conflitos, pode ser classificada como multinível, uma vez que existe um desbalanceamento de poder entre as partes envolvidas. Em outras palavras, o que Lederach definiu como “transformação do conflito” é um processo que engloba não apenas ações dos setores mais elevados em uma escala de poder, mas também a participação das lideranças locais. A figura 1⁵ apresenta a estrutura piramidal em três níveis, tal como definida por Lederach (1997), identificando os atores e o foco a ser dado em cada nível no que tange às ações a empreender durante o processo de resolução dos conflitos.

A análise da estrutura piramidal nos permite compreender que o sucesso da negociação da paz depende de ações, muitas vezes simultâneas, “de cima para baixo” (abordagem *top-down*, partindo do nível mais alto) e “de baixo para cima” (abordagem *bottom-up*, partindo do nível mais baixo). Entretanto, Paffenholz (2013) destacou a importância, no modelo de Lederach, das lideranças de nível 2, por serem aquelas com maior potencial para o estabelecimento de uma infraestrutura capaz de sustentar o processo de construção da paz no longo prazo. Isso se deve à sua proximidade tanto com as lideranças do nível 1 como com aquelas do nível 3. A abordagem para o nível 2, ou nível intermediário, foi definida por Lederach como *middle-out*, ou “do centro para as extremidades”.

Aprofundando a análise da estrutura multinível, os atores representados no nível 1 são líderes políticos, religiosos e de alta patente militar, caracterizados por possuírem grande

⁵ Vide ANEXO A.

visibilidade, sendo seus movimentos, afirmações, intenções e posicionamento alvo de grande repercussão. Esses líderes estão geralmente sob intensa pressão e a aceitação de qualquer acordo que não cumpra inteiramente os objetivos traçados neste nível podem ser interpretados como sinal de fraqueza. Muitas vezes, pode-se ter a percepção de que esta liderança possui o monopólio do poder. No entanto, Lederach (1997) enfatizou que em conflitos como os da Bósnia, Somália e Libéria, a hierarquia de poder não estava claramente definida, havendo líderes nos níveis 2 e 3 cuja visibilidade não diferia muito da observada nas lideranças do nível 1. Nessas situações, fica ainda mais evidente a necessidade de que o processo de construção da paz conte com a participação ativa dos diversos setores da sociedade, embora a concretização dos acordos, principalmente a nível internacional, dependam da representação hierárquica tradicional, com uma maior responsabilidade recaindo sobre os líderes do nível 1.

No que tange às ações da liderança do nível 1, a abordagem característica é a *top-down*. Deve-se compreender que uma negociação para o reestabelecimento da paz envolverá necessariamente a busca por um acordo em que uma das partes interessadas será uma liderança de nível 1. No entanto, há um aspecto crítico neste processo, dada a necessidade de flexibilização dos objetivos pelas partes em conflito sem que isso afete a ascendência da liderança de mais alto nível perante os demais setores da sociedade. A abordagem no nível 1, conforme enfatizado por Lederach (1997), deve manter o foco em alcançar um cessar-fogo como o primeiro passo que permitirá o desenvolvimento das demais ações, que poderão envolver negociações políticas mais amplas com vistas à concretização de um acordo entre as partes que garanta uma transição bem-sucedida do estado de guerra para uma situação de paz.

O nível 2 é inerente às lideranças no nível intermediário. Dentre os atores, estão incluídas pessoas de reconhecida respeitabilidade nos meios sociais e que ocupam posições formais de liderança em setores como educação, negócios, agricultura e saúde. Também estão incluídas algumas lideranças religiosas e acadêmicas e, em um conflito, pessoas com grande

visibilidade regional, tais como os líderes das minorias, mas que também possuem alguma projeção extrarregional, sendo um elo entre as lideranças dos níveis 1 e 3. As ações empreendidas pelas lideranças do nível 2 não acarretam necessariamente grande visibilidade e publicidade, tendo esse nível maior liberdade de ação do que a observada nos setores mais elevados da escala de poder (LEDERACH, 1997).

Conforme supracitado, a abordagem *middle-out* é importante por fornecer as condições para a criação de uma infraestrutura para que a paz seja alcançada e mantida. Lederach (1997) definiu, para o nível 2, três tipos de ações: *workshops* entre as partes conflitantes, treinamento em resolução de conflitos e formação de comitês de paz. No que tange aos *workshops*, Mitchell e Banks (1996) destacaram sua importância nos conflitos prolongados e violentos, uma vez que permitem a realização de reuniões com representantes de ambas as partes em um ambiente geralmente informal, algumas vezes acadêmico, possibilitando a reanálise do conflito e a geração de alternativas para que se alcance uma solução sustentável e aceitável para as partes. No que diz respeito ao treinamento em resolução de conflitos, Lederach (1997) apontou algumas diferenças em relação aos *workshops*. Em primeiro lugar, destacou que os propósitos são distintos. O treinamento busca aumentar a consciência em relação ao conflito através de ações educativas e transmitir habilidades para lidar com situações de conflito, tendendo a ser orientado para uma situação específica. Em segundo lugar, esclareceu que os *workshops* são direcionados principalmente às lideranças de nível intermediário que possuem um conhecimento mais profundo acerca da natureza do conflito. Além disso, o treinamento em resolução de conflitos, embora geralmente abranja as lideranças mais salientes do nível 2, são igualmente adaptáveis ao nível 3. Na prática, o treinamento já foi aplicado em diversas situações como, por exemplo, na África do Sul, através do *Centre for Conflict Resolution*⁶. O terceiro tipo de ação diz respeito à formação das comissões de paz, cuja forma e aplicação variam enormemente em função da

⁶ Em português, Centro para a Resolução da Conflitos.

natureza e do contexto no qual o conflito está inserido. Exemplos históricos ocorreram, por exemplo, na Nicarágua, no final da década de 1980.

Os atores do nível 3 receberam a denominação de *grassroots*, expressão esta que pode ser compreendida como “atores da base”, ou seja, representantes das massas ou da base da sociedade. A liderança neste nível é local, incluindo a que atua em organizações não-governamentais (ONG) locais, líderes tribais ou mesmo de campo de refugiados.

As ações a serem empreendidas no nível 3 devem levar em consideração que este nível é o que abrange o maior número de pessoas. Por conseguinte, as estratégias desenvolvidas requerem um maior comprometimento das lideranças locais. Vale ressaltar que a maioria das pessoas da base da sociedade, especialmente em conflitos prolongados, vivem em estado de sobrevivência, com deficiências no acesso à alimentação, saúde e educação, dentre outros. Portanto, ações que desconsiderem este estado de necessidade tendem a ser malsucedidas. Lederach (1997) citou como exemplos históricos de conflitos em que a abordagem *bottom-up* foi amplamente considerada os ocorridos na Somália, no início da década de 1990, com diversas conferências de paz a nível local e com a participação de lideranças de diversos clãs, e em Moçambique, com a atuação do Conselho Cristão de Moçambique, em 1991, por meio da realização de seminários com a participação de lideranças religiosas de todas as províncias, abordando a participação da Igreja no processo de paz, a situação dos refugiados, saúde pública, reforma agrária e direitos humanos, dentre outros.

2.3.2 A visão sistêmica do conflito

Após a identificação dos atores nos diversos níveis e da análise das abordagens em cada setor da estrutura piramidal apresentada, o foco será direcionado para a compreensão destas abordagens de maneira integrada. Em outras palavras, o processo de transformação do conflito será analisado de forma sistêmica. Inicialmente, apresentaremos o modelo

multiparadigma proposto por Marie Dugan (1996), o qual foi adotado por Lederach para dar sustentação à sua teoria. Uma representação gráfica deste modelo pode ser visto na figura 2⁷.

Dugan (1996) definiu o paradigma mais simples como “questões específicas”, que são as relacionadas à natureza de um conflito. Este paradigma mantém o foco unicamente no objeto de uma disputa entre as partes antagônicas, que pode ser, por exemplo, uma questão territorial ou étnica.

O nível seguinte é o “relacional”, que leva em consideração o padrão de interação entre as partes conflitantes e o sentimento de uma parte em relação à outra (DUGAN, 1996). Portanto, em um processo de mediação, deve-se levar em consideração, além do objeto da disputa, o inter-relacionamento entre as partes, buscando-se eliminar discriminações e preconceitos entre elas. Geralmente, este efeito desejado não é imediato. Desta forma, conforme destacou Lederach (1997), ao mesmo tempo em que se busca eliminar os atos de violência direta, deve-se trabalhar em prol da eliminação do sentimento hostil entre as partes, que é o que poderá garantir a manutenção da paz.

O terceiro e quarto paradigmas definidos por Dugan (1996) são “subsistema” e “sistema”. O “sistema” reflete os problemas que estão incorporados à organização social, sendo o racismo um exemplo bastante significativo. Vale ressaltar que não se trata aqui de problemas tribais ou locais, mas sim da estrutura social como um todo. O paradigma “subsistema”, por sua vez, representa o reflexo dos problemas gerais de uma estrutura social nos seus diversos níveis. Por exemplo, uma sociedade historicamente racista refletirá esta característica na estratificação social. A definição de “subsistema” reveste-se de grande importância na definição das ações a serem empreendidas para a resolução de um conflito, uma vez que tais ações deverão estar presentes tanto nas políticas empreendidas no nível 1 como também nos programas implementados nos níveis 2 e 3. Nesse sentido, Lederach (1997) enfatizou que o paradigma “subsistema” funciona como uma conexão entre as preocupações

⁷Vide ANEXO A.

sistêmicas e locais, havendo, pois, a necessidade de que não haja contradições entre as políticas e programas empreendidos nos diversos níveis, sendo cada ação parte de um todo.

2.3.3 Dinâmica e Progressão do Conflito

Lederach incorporou em sua teoria uma dimensão temporal, cuja descrição foi inspirada no modelo desenvolvido pelo acadêmico britânico Adam Curle (1916-2006). A premissa básica de Curle (1971) é que o conflito não é estático ou linear, mas é dinâmico e se desenvolve em um *continuum*, desde um estado de instabilidade até uma situação de paz, conforme ilustrado na figura 3⁸. O modelo em pauta define a existência de quadrantes que identificam a situação de um conflito, desde antes da escalada dos atos de violência direta até a paz sustentada, sendo compatível com a ideia de que a transformação do conflito engloba ações de curto, médio e longo prazos.

De posse deste aparato teórico, Lederach (2013) apresentou um enquadramento temporal das atividades relacionadas ao processo de transformação do conflito, o qual pode ser observado na figura 4⁹. Basicamente, o que se buscou foi um conjunto representativo de atividades que devem se desenvolver desde o curto até o longo prazo. Ademais, de acordo com a visão sistêmica do conflito, percebe-se que mesmo as ações imediatas, correspondentes à “intervenção na crise”, fazem parte de um todo, estando integradas à “preparação e treinamento”, à “concepção das mudanças sociais” e, finalmente, ao “futuro desejado”. A falha nas ações de curto prazo afeta negativamente as de longo prazo.

2.3.4 Concepção Integrada da Visão Sistêmica e da Progressão do Conflito

Todo o aparato teórico do modelo de Lederach para a transformação do conflito foi descrito e analisado. Basicamente, o que Lederach fez foi unir o modelo multiparadigma

⁸Vide ANEXO A.

⁹*Idem.*

de Dugan (eixo vertical) com o enquadramento temporal das atividades de curto, médio e longo prazo (eixo horizontal), conforme consta da figura 5¹⁰. Esta disposição implica a existência de alguns pontos de interseção entre os eixos, dos quais cinco mereceram maior atenção por Lederach para a sistematização do seu modelo: causas-raízes, gerenciamento da crise, prevenção, visão e transformação.

No que diz respeito às “causas-raízes”, a visão sistêmica exige uma análise estrutural do sistema social no qual o conflito está inserido, e não dos aspectos locais, os quais nem sempre podem ser generalizados. O “gerenciamento da crise” implica a adoção de medidas com vistas a cessar os atos de violência direta no caso de conflitos armados, bem como melhorar a qualidade de vida das pessoas mais afetadas pelas ações dos grupos beligerantes. Não há tempo, para quem gerencia a crise, de se esperar a análise sistêmica aprofundada desenvolvida por quem busca explicar as causas-raízes do conflito. A “visão” é a idealização de um estado a ser atingido no longo prazo, por meio da adoção de medidas que permitam, dentre outros, a modificação das estruturas políticas e sociais, especialmente aquelas permitirão a coexistência pacífica, no futuro, das partes antagônicas. A “transformação” diz respeito a como transicionar de um estado conflitante para uma situação de paz duradoura. Essa transformação, segundo Lederach (1997) compreende 4 (quatro) dimensões: pessoal, relacional, estrutural e cultural. A análise destas dimensões permite uma compreensão mais profunda da expressão “transformação da paz”.

A dimensão pessoal está relacionada às intervenções realizadas com o intuito de mitigar os efeitos de um conflito e maximizar o potencial de crescimento pessoal nos níveis físico, emocional e espiritual. Em outras palavras, a dimensão pessoal possui íntima relação com o bem-estar dos indivíduos.

A dimensão relacional diz respeito às formas de interação entre as partes, incluindo a percepção da interdependência entre elas. A transformação nessa dimensão seria a

¹⁰Vide ANEXO A.

minimização das hostilidades e a maximização da percepção de que a coexistência das partes é inevitável, não sendo, portanto, viável ou vantajosa a busca pela destruição uma da outra.

A dimensão estrutural está relacionada à forma de organização social e institucional do ambiente no qual o conflito está inserido. Esta dimensão reveste-se de grande importância, uma vez que as causas-raízes dos conflitos estão geralmente a ela relacionadas. A transformação, então, seria o resultado de ações deliberadas nas causas-raízes dos antagonismos, por meio da implementação de mecanismos que mitigam a violência e permitem a criação de estruturas sociais que garantam a satisfação das necessidades mínimas das pessoas e maximizem a participação popular nas decisões.

Por fim, a dimensão cultural diz respeito à maneira pela qual os padrões que definem a cultura de um grupo social se relacionam com o conflito. Nesta dimensão, a transformação consiste em harmonizar os elementos culturais de sociedades distintas ou internos em um mesmo ambiente social que representam os mecanismos reguladores da predisposição para os atos de violência direta.

Face ao exposto, pode-se afirmar que a robustez da teoria de Lederach a torna apropriada para a descrição e interpretação dos conflitos e das ações desenvolvidas em busca de uma paz sustentada. O modelo permite, inclusive, avaliar os aspectos positivos e oportunidades de melhorias nos processos de resolução de conflitos. Em um sentido mais amplo, o estudo do processo de resolução de conflitos sob uma ótica teórica robusta tende a enriquecer as análises geopolíticas, uma vez que permite ao analista uma melhor sustentação para suas análises prospectivas e conclusões. Longe de ser a única opção disponível, optou-se por utilizar o modelo de Lederach neste trabalho por uma questão de completude teórica e pela experiência do seu idealizador na mediação de conflitos, tais como os ocorridos na Somália e na Nicarágua. Ou seja, Lederach possui tanto a experiência teórica da academia como a prática obtida em campo.

3 ORIGENS DO CONFLITO EM SERRA LEOA

O propósito deste capítulo é apresentar as raízes históricas do conflito em Serra Leoa, analisando a evolução dos contextos político, jurídico, econômico e social entre o período colonial e o alvorecer da década de 1990. Para tal, os fatos relevantes serão enquadrados em dois períodos distintos. O primeiro período cobrirá primordialmente a era colonial, indo de 1787, ano em que a região de Freetown foi estabelecida como uma colônia britânica para escravos libertos, até 1961, ano da independência de Serra Leoa. O segundo período cobrirá o intervalo entre 1961 e 1991, ano da eclosão da guerra civil.

3.1 FATOS RELEVANTES ANTERIORES À INDEPENDÊNCIA

Conforme supracitado, os britânicos fundaram a cidade de Freetown no ano de 1787, na região litorânea da área onde hoje está localizada Serra Leoa, a qual passou a ser um destino para os escravos libertos provenientes das colônias na América do Norte, das Índias Ocidentais e na África (HIRSCH, 2002). Em 1808, um ano após abolir a escravidão em suas colônias, Freetown passou a ser considerada uma colônia da Coroa Britânica (TAYLOR, 2014). Vale ressaltar a posição geográfica estratégica deste local, na costa oeste da África, sendo importante rota para a saída de produtos deste continente, bem como ponto de apoio para navios britânicos, por sua maior proximidade da América do Sul.

Em 1896, a Coroa Britânica instituiu um protetorado a partir dos arredores de Freetown, englobando algumas regiões interiorizadas, estabelecendo-se a fronteira com a Libéria a Guiné (KEEN, 2005). Este fato está relacionado ao contexto histórico do neocolonialismo, sendo “protetorado” um termo eufêmico em relação ao propósito a que a região se destinava, ou seja, o estabelecimento de uma política exploratória de recursos agrícolas e minerais. Nestes locais, entretanto, a forma de administração territorial apresentava uma caracterização bastante peculiar à época, típica dos territórios britânicos após

a abolição da escravidão, conforme será descrito a seguir. A figura 6¹¹ apresenta a área delimitada pelo protetorado, bem como a divisão territorial por etnias.

Com a instituição do protetorado, a organização administrativa da região de Serra Leoa passou a apresentar características que se projetariam no futuro de maneira bastante negativa, contribuindo para a eclosão da guerra civil, em 1991 (SILBERFEIN, 2010). Desde o início, não foi empreendido nenhum esforço no sentido de fomentar o florescimento de uma cultura local baseada nos ideais de representatividade social dos diversos grupos, com o desenvolvimento equitativo das regiões do protetorado e do senso de unidade entre as regiões. Neste sentido, Keen (2005, p. 9, tradução nossa) esclarece que “os britânicos governaram por meio de instituições como exército, polícia e conselhos legislativos sub-representativos (...) Deferência e clientelismo prevaleceram sobre a representação e os direitos”¹².

Ademais, vigorou no protetorado o chamado “despotismo descentralizado”, um modelo de exercício indireto de chefia em que cada liderança local aplicava, na área sob sua influência e com a anuência dos britânicos, a chamada *customary law*¹³. Na prática, este modelo era bastante conveniente aos britânicos, que não interferiam demasiadamente na maneira como os chefes locais exerciam seu poder e, com isso, mantinham um relacionamento satisfatório com esta liderança. Por conseguinte, conseguia-se mitigar a probabilidade da eclosão de um descontentamento generalizado no protetorado, embora alguns conflitos tenham ocorrido, sendo o mais marcante a *Hut Tax War*¹⁴, em 1898. Na

¹¹Vide ANEXO A.

¹²Original em inglês: “the British ruled through institutions like the army, the police and unrepresentative legislative councils (...) Deference and patronage prevailed over representation and rights”.

¹³O termo *customary law* refere-se a um sistema legal baseado nos costumes e práticas locais. No caso de Serra Leoa, cada região do protetorado observava um conjunto de normas baseados em valores distintos, sem que houvesse uma padronização em todo o território. Vale ressaltar, conforme mencionado por Mateos (2010), que a região de Freetown observava a chamada *common law* Britânica, caracterizada por ser um sistema baseado na tradição, costume e precedentes jurídicos britânicos. Isso significou a imposição de um sistema legal na região de Freetown diferente do observado no restante do protetorado.

¹⁴A *Hut Tax War* (cujo termo preferimos manter no original) foi um conflito decorrente da cobrança de taxas, por parte dos britânicos, em toda a região de Serra Leoa, a partir do estabelecimento do protetorado. O *Hut Tax* era um tributo cobrado sobre a propriedade familiar e era comum nas áreas sob domínio britânico. O conflito em lide não foi generalizado, tendo sido restrito às regiões dos Temne (maior grupo étnico de Serra Leoa) e dos Mende (segundo maior grupo étnico), sendo rapidamente sufocado pelos britânicos (ABRAHAM, 1974).

verdade, a manutenção desta boa relação foi fomentada também por uma política de cumplicidades entre os britânicos e as lideranças locais, em especial na região de Freetown, que foram contempladas com privilégios como a garantia do poder hereditário (MATEOS, 2010).

Esse modelo de administração territorial resultou em um desenvolvimento desigual da região de Freetown, colônia da coroa britânica, em comparação às demais regiões de Serra Leoa, as regiões do protetorado. Pode-se, inclusive, afirmar que o poder relativo das lideranças regionais do protetorado foi reduzido, uma vez que houve em Freetown um desenvolvimento muito superior ao das demais regiões. Em Freetown, a corrupção das elites *krios*¹⁵ e seu “apadrinhamento” pelos britânicos serviu como um instrumento de controle da coroa sobre esta região. No interior, as poucas rebeliões que ocorreram em oposição aos britânicos foram rapidamente debeladas e a liderança leal à coroa foi favorecida em termos de domínio sobre a população, mas muito pouco desenvolvimento foi alcançado em suas respectivas regiões (KEEN, 2005; MATEOS, 2010; TAYLOR, 2014).

No que tange à exploração recursos brutos, o fato mais marcante da história de Serra Leoa foi a explosão na atividade de mineração do diamante, a partir da década de 1930. Embora houvesse exclusividade da companhia britânica *Sierra Leone Selection Trust* (SLST) na exploração deste mineral, o extrativismo ilegal floresceu sobremaneira nas principais regiões onde a atividade mineradora era praticada, em especial na região de Kono, uma vez que a maior parte do diamante da região era do tipo aluvial, de fácil exploração. Os chefes locais passaram a explorar o diamante por meio de hordas de trabalhadores com pouca educação e sem outras oportunidades de trabalho. A SLST viu-se, então, em franca competição com os chefes locais e a região leste de Serra Leoa tornou-se uma área bastante violenta, com a ocorrência constante de delitos e com o crescimento substancial do

¹⁵Os *krios*, ou crioulos de Serra Leoa, eram o grupo formado pelos escravos libertos de diversas regiões, tais como América do Norte e Índias Ocidentais, além de africanos ocidentalizados e fiéis à Coroa Britânica (WYSE, 1989).

contrabando do diamante. Vale ressaltar que na parte leste do protetorado sempre houve pouco controle nas vias que cruzavam as fronteiras com a Libéria e a Guiné, praticamente permitindo o livre trânsito entre os Estados. De fato, na década de 1950, a maior parte do diamante explorado era vendido na Libéria e, nesta época, estimava-se haver mais de 40.000 mineradores estrangeiros em Serra Leoa. Tal fato levou o governo colonial a adotar medidas para expulsar este pessoal, bem como estabelecer critérios flexíveis de exploração, de modo a tentar reduzir o problema do contrabando e suas consequências. Mesmo após a independência, muitos problemas gerados por essa “corrida pelo diamante” permaneceram, uma vez que este minério passou a desempenhar um papel fundamental na economia de Serra Leoa ao mesmo tempo em que o governo não conseguiu reduzir o extrativismo ilegal e o contrabando. Na década de 1980, por exemplo, muito pouco diamante ainda era comercializado pelas vias legais, e o que é pior, ainda havia exploradores estrangeiros, como os libaneses, cujo Estado de origem encontrava-se em guerra civil, servindo o diamante como financiador das partes antagônicas (KEEN, 2005; SILBERFEIN, 2010).

Pode-se, então, sintetizar os principais problemas decorrentes da política britânica em Serra Leoa durante a era colonial em três contextos distintos. O primeiro é o político, com o fortalecimento de uma elite em Freetown mais poderosa do que nas demais regiões, embora o contrabando de diamante no leste tenha criado um grupo financeiramente fortalecido na região. O segundo contexto é o jurídico, uma vez que vigorava em Serra Leoa dois sistemas distintos: a *customary law* e a *common law*, gerando grandes dificuldades no período pós-independência. O terceiro contexto engloba a área econômica e social, uma vez que o desenvolvimento alcançado na região de Freetown, com acesso da população a recursos e serviços vitais como a educação, foi muito superior ao observado nas diversas regiões do protetorado, embora as grandes áreas de extrativismo mineral estivessem localizadas na região leste.

3.2 DA INDEPENDÊNCIA AO INÍCIO DA GUERRA CIVIL

Embora a independência não tenha eliminado muitos dos problemas herdados da era colonial, Serra Leoa observou um período de paz e estabilidade entre 1961 e 1964, até Albert Margai, do *Sierra Leone People's Party*¹⁶ (SLPP), tomar posse como Primeiro Ministro. A partir de então, criou-se uma imagem de que o SLPP era um partido de etnia Mende, uma vez que a maioria das cadeiras do parlamento eram ocupadas por pessoas do sul e do leste. Houve, então, consequências graves, como a polarização da opinião pública, o envolvimento de militares na política e um aprofundamento das diferenças já existentes entre o norte e o sul, com prejuízo à ideia de unidade do Estado (BUNDU, 2001; TRC¹⁷, 2004).

As eleições ocorridas em 1967 poderiam, em uma primeira análise, serem vistas como um “lampejo democrático” na África, com a observância da alternância de poder após a vitória do *All Peoples' Congress*¹⁸ (APC) nas eleições. Entretanto, qualquer esperança de um futuro verdadeiramente democrático ruiu rapidamente com o golpe de estado ocorrido pouco depois da posse do Primeiro Ministro Siaka Stevens, resultante da não aceitação da perda da maioria das cadeiras do parlamento pelas lideranças do SLPP. A partir de então, embora Siaka Stevens tenha retomado o cargo onze meses após o golpe, após um acordo envolvendo o Exército e que garantiu o reconhecimento de sua autoridade, estava configurado o cenário para que o sistema multipartidário entrasse em colapso, uma vez que outros golpes se sucederam (BUNDU, 2001; TRC, 2004).

É importante mencionar que Serra Leoa atingiu alguns progressos econômicos e sociais no período de 1961 a 1967. Por exemplo, a expectativa de vida aumentou de 37 para

¹⁶O SLPP é um partido político ainda existentes nos dias atuais, tendo sido fundado em 1951, antes mesmo da independência de Serra Leoa (ABDUL-MUMUNI, 2005).

¹⁷A *Truth and Reconciliation Commission* (TRC) de Serra Leoa foi estabelecida em 1999 como uma condição do Acordo de Paz de Lomé, com o apoio da comunidade internacional e com o propósito de criar um registro histórico imparcial das violações aos Direitos Humanos ocorridos durante a guerra civil (TRC, 2004).

¹⁸O APC, assim como o SLPP, é um partido político ainda existente. Este partido surgiu em 1960, após o rompimento de alguns membros do SLPP, principalmente os de etnia Temne, que eram minoritários no partido (ABDUL-MUMUNI, 2005).

47 anos, tendo o Estado experimentado um crescimento econômico médio de 4% ao ano, enquanto o crescimento populacional anual era de apenas 1,9%, número este bastante inferior ao crescimento populacional médio no continente africano (ABDUL-MUMUNI, 2005). Considerando esse cenário e a possibilidade de alternância de poder em um sistema multipartidário, pode-se afirmar, sob a ótica de um observador externo, que era pouco provável a ocorrência de um grande conflito em Serra Leoa. No entanto, havia diversos problemas que não foram resolvidos após a independência.

Vale ressaltar que o sistema multipartidário começou a colapsar quando a alternância de poder entre o SLPP e o APC não foi bem aceita por algumas lideranças do SLPP, de maioria Mende. Essas lideranças orquestraram uma série de golpes de estado, na tentativa de se restabelecerem no poder. O resultado destas tentativas frustradas foi a permanência do APC no poder durante 24 anos, com a adoção de políticas cada vez mais antidemocráticas em nome da segurança interna.

Em 1991, ano em que a guerra civil de fato iniciou, a economia de Serra Leoa havia se deteriorado consideravelmente. De fato, uma série de ações malsucedidas foram adotadas na esfera econômica desde 1967, como a abertura da exploração do diamante a quem tivesse condições de fazê-lo, praticamente anulando quaisquer possibilidades de implementação de políticas regulatórias para a extração mineral e, em pouco tempo, contribuindo para que os cofres públicos praticamente evaporassem. Na esfera política, Siaka Stevens reagiu aos golpes enviando para a prisão parte da liderança do SLPP e obrigando os funcionários estatais de etnia Mende a jurar fidelidade ao APC, fato este que veio a acirrar as tensões étnicas entre os Mende e os Temne. Amplificando o viés totalitário, Stevens perseguiu as agências de comunicação com pontos de vista contrários aos por ele defendidos, além de se envolver em práticas de corrupção que contribuíram sobremaneira para o agravamento do caos econômico (VELLACCIO, 2007).

A política de exploração do diamante, conforme supracitado, impossibilitava qualquer tipo de controle e de tarifação efetivas sobre essa atividade. Deve-se levar em consideração que a maior parte do diamante de Serra Leoa era do tipo aluvial, de fácil exploração, sem a necessidade de instalação de maquinário pesado para a mineração. Nesse contexto, pode-se afirmar que a RUF¹⁹, que se constituiu no principal grupo de oposição ao governo, aproveitou-se dessa situação de descontrole para se fortalecer militarmente, trocando diamantes por armamento na Libéria (BUNDU, 2001; TRC, 2004). No entanto, vale ressaltar que a RUF, que se estabeleceu inicialmente nas proximidades da fronteira com a Libéria, não logrou êxito em progredir para o oeste, pelo menos até 1991, embora contasse com o apoio de Charles Taylor, da NPFL²⁰, e de Muammar Gadhafi, ditador da Líbia, de quem o grupo recebeu treinamento em guerrilha e filosofia política²¹ (VELLACCIO, 2007).

O crescimento do radicalismo da RUF se deu a partir de meados da década de 1980, quando os cenários político e econômico já se encontravam bastante deteriorados. Em 1985, com a saída de Siaka Stevens e a assunção de Joseph Momoh, indicado por Stevens e chefe das forças militares de Serra Leoa, a situação se tornou insustentável. Vale ressaltar que Momoh mostrou-se politicamente mais fraco e mais corrupto do que Stevens. Sua atuação política levou a economia de Serra Leoa ao colapso total, com a moeda local extremamente desvalorizada e a infraestrutura estatal destruída (VELLACCIO, 2007). Para tentar se opor ao

¹⁹A RUF surgiu na década de 1980 a partir de um grupo de estudantes da *Fourah Bay College*, em Freetown, sob a liderança de Alie Kabbah, com o propósito de fazer oposição ao APC. Seus planos iniciais eram depor o governo, expulsar os políticos corruptos e reformar a política de exploração dos recursos minerais, com uma distribuição mais equitativa das riquezas entre a população. Este viés ideológico rapidamente mudou sob a liderança de Foday Sankoh, um ex-integrante do *Sierra Leone Army* (SLA), ou Exército de Serra Leoa, que não media esforços para alcançar seus objetivos, não importando os métodos adotados para tal. A RUF iniciou suas ações na fronteira com a Libéria, com o apoio daquele Estado, tendo sido um importante ator durante a guerra civil em Serra Leoa. Uma das suas características mais marcantes durante o conflito era a crueldade de suas ações e a utilização de jovens marginalizados, inclusive crianças, como soldados. Atualmente, a RUF é um partido político (VELLACCIO, 2007).

²⁰Foday Sankoh aproximou-se de Charles Taylor, líder da *National Patriotic Front of Liberia* (NPFL), grupo rebelde responsável pelo início da primeira guerra civil na Libéria, de 1989 a 1996. Sankoh e Taylor firmaram parcerias no treinamento de guerrilhas e no apoio mútuo visando à deposição dos governos de seus respectivos Estados (VELLACCIO, 2007).

²¹A expressão “filosofia política”, neste contexto, refere-se ao “pan-africanismo” pregado por Muammar Gadhafi, que consistia na difusão de uma espécie de “purismo” cultural na África, bem como da necessidade da união dos Estados africanos contra a drenagem dos recursos naturais para as potências (VELLACCIO, 2007).

cenário que se configurou, piorando uma situação que já era ruim na época de Stevens, Momoh tentou empreender algumas medidas corretivas, mas de forma bastante tardia e com pouca participação dos setores que se opunham ao governo. Dentre essas medidas, pode-se mencionar a restauração do multipartidarismo e a promulgação do estado de emergência econômica. Essas ações não surtiram efeito e as populações marginalizadas continuaram sem acesso aos serviços mais básicos, como educação e saúde. A RUF, aproveitando-se desta situação, percebeu que a juventude marginalizada estava aberta ao radicalismo. De fato, quando a guerra civil iniciou, em 1991, muitos desses jovens haviam sido recrutados para o *front*. Historicamente, considera-se que a guerra civil teve início com a tomada da cidade de Bomaru, no distrito de Kailahun, pelas tropas armadas da RUF, com o auxílio de guerrilheiros da NPFL, que cruzaram a fronteira (TRC, 2004).

Face ao exposto, percebe-se que as causas-raízes da guerra civil em Serra Leoa foram derivadas dos diversos problemas oriundos da época colonial e da inabilidade dos governos pós-independência em conduzir política e economicamente o Estado. Apesar da abundância de diamantes, a miséria também abundava. Na prática, tanto o SLPP como o APC almejavam o poder e fizeram uso extensivo da corrupção. Ademais, as ações empreendidas pelos dois partidos exacerbaram os problemas étnicos entre os Mende e os Temne. Além disso, o colapso econômico e a miséria de boa parte da população, principalmente ao leste, que não tinha acesso a serviços básicos como saúde e educação, enquanto uma elite ligada ao governo enriquecia, constituíram o contexto ideal para o surgimento da RUF, que, contando com o apoio de Estados como Libéria e Líbia, protagonizou o início e o desenrolar da guerra civil em Serra Leoa.

4 O DESENVOLVER DO CONFLITO E O PROCESSO DE RESOLUÇÃO

O propósito deste capítulo é descrever o desenrolar da guerra civil em Serra Leoa, as ações empreendidas para a resolução do conflito e o enquadramento dessas ações na teoria de John Paul Lederach. Com base nessa “lente” teórica, será possível identificar tanto os aspectos abordados pelos atores durante o processo de transformação do conflito, bem como os *gaps*, ou pontos não abordados, mas com potencial para comprometer o estabelecimento e a manutenção da paz no longo prazo.

No capítulo anterior, identificou-se as causas-raízes do conflito por meio da análise histórica do período colonial e pós-colonial de Serra Leoa, até o alvorecer da década de 1990. No presente capítulo, procurar-se-á identificar e analisar a escalada da violência, bem como ressaltar o envolvimento de uma plêiade de atores no processo de reestabelecimento da paz, atores estes que transcenderam os altos escalões e materializaram o envolvimento de setores representativos principalmente do nível 2 da pirâmide de Lederach.

4.1 O PORQUÊ DE UM CONFLITO PROLONGADO

O conflito em Serra Leoa estendeu-se de 1991 a 2002. Antes de iniciar a análise dos fatos compreendendo esse período, é importante destacar os motivos que levaram o referido conflito a se prolongar por mais de uma década.

Em primeiro lugar, deve-se mencionar a abundância de recursos naturais, em especial o diamante do tipo aluvial, facilmente explorável e com pouco controle nesse processo, permitindo que tal riqueza mineral financiasse a RUF, que conseguia, com sua venda, angariar recursos para a compra de armas. Em segundo lugar, conforme mencionou Silberfein (2010), a manutenção do esforço de guerra por parte de grupos rebeldes depende basicamente de três elementos: disponibilidade de recursos, rotas para escoamento desses recursos e pontos de troca por armamentos. No caso de Serra Leoa, esses três elementos

podem ser facilmente identificados. A riqueza é o diamante, as rotas eram as localizadas a leste, principalmente as que cruzavam as fronteiras com a Libéria e os pontos de troca por armamentos eram estas mesmas fronteiras.

Ponto comum em conflitos envolvendo grupos rebeldes ou guerrilhas é a existência de governos que falham em um dos seus principais atributos, que é a representatividade social. Ainda, segundo Silberfein (2010), as maiores vítimas dos conflitos dessa natureza são os civis, principalmente os mais pobres, que vivem geralmente em condições de grande vulnerabilidade. Estas pessoas, inclusive crianças, costumam ser recrutadas pelas guerrilhas, e esta ação foi empreendida em larga escala pela RUF. Ademais, devido à guerra, um grande número de pessoas se viram obrigadas a deixar o local onde viviam para habitarem campos de refugiados em condições piores do que as que existiam em seus lugares de origem. Tal fato ocorreu em diversos povoados, principalmente na região leste de Serra Leoa, com cerca de 1,5 milhão de pessoas afetadas (BANGURA, 1997).

Em face do exposto, pode-se perceber que conflitos cuja natureza envolve a exploração de recursos naturais tende a ser de difícil resolução, tanto pela possibilidade de enriquecimento de quem controla pontos de exploração como também pela possibilidade de fácil capitalização dos grupos guerrilheiros, que passam a ter condições de se armar, recrutar pessoas e manter uma capacidade prolongada de combate. No caso de Serra Leoa, o Estado, cuja economia ao início da década de 1990 estava em ruínas, não tinha condições de gerenciar uma crise interna que fora agravada por suas próprias ações ao longo de três décadas²².

4.2 O DESENROLAR DO CONFLITO: DE 1991 A 1997

Conforme mencionado no capítulo anterior, o marco inicial da guerra civil em Serra Leoa foi a tomada da cidade de Bomaru pelas tropas da RUF, com o apoio de

²²Não se pode desconsiderar os problemas oriundos do período colonial, conforme foi analisado no capítulo 3. No entanto, é importante lembrar que os governos, a partir de 1961, exacerbaram alguns problemas que mantiveram-se latentes em grande parte do período colonial.

guerrilheiros da NPFL. O interesse da Libéria na desestabilização de Serra Leoa possuía, de certa forma, um caráter vingativo de Charles Taylor pela permissão de Joseph Momoh para que a *Economic Community of West African States Monitoring Group* (ECOMOG)²³ utilizasse o aeroporto internacional de Lungi, próximo à Freetown, para bombardear áreas na Libéria controladas pela NPFL, bem como para que tropas leonesas se juntassem às forças de intervenção da *Economic Community of West African States* (ECOWAS)²⁴, que possui, em sua estrutura, uma Corte de Justiça e um “braço armado”, a ECOMOG (GBERIE, 2005). Ademais, a Libéria requeria a demarcação da sua fronteira leste, reivindicando uma porção do território de Serra Leoa. O apoio à RUF seria, portanto, uma “carta na manga” para uma negociação futura, caso houvesse sucesso na tomada do poder pelo referido grupo (SILBERFEIN, 2010).

Com a invasão da RUF pela fronteira com a Libéria, as forças regulares do governo reagiram, culminando em atos de violência direta entre as forças antagônicas, conforme o conceito de Galtung²⁵. A violência estrutural já estava presente, sendo em grande parte herança do período colonial, com a presença de uma elite em Freetown e nos seus arredores e, nas demais regiões, de lideranças locais abastadas em meio a uma massa de pessoas em condições de miséria. Esse cenário manteve-se no período pós-independência, com a formação de uma elite de exploradores de diamantes “apadrinhados” pelo governo central em meio a um bolsão de miséria. A violência cultural era a menos evidente durante o período colonial, mas foi exacerbada no pós-independência, com a rivalidade entre o SLPP, de maioria étnica Mende e o APC, de maioria étnica Temne. Enfim, feito esse enquadramento

²³O acrônimo ECOMOG pode ser traduzido como “Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental”. A formação desse grupo foi resultado de um acordo multilateral, firmado em 1990, envolvendo componentes das forças armadas de diversos Estados anglófonos da África Ocidental, principalmente a Nigéria, para intervir no conflito que então acontecia na Libéria (ABDUL-MUMUNI, 2005).

²⁴O acrônimo ECOWAS pode ser traduzido como “Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental”. Trata-se de um grupo de 15 Estados da África Ocidental com o propósito de promover a integração econômica regional. Foi criado em 1975, com a assinatura do Tratado de Lagos (ECOWAS, 2016). A estrutura da ECOWAS, ao incorporar um braço armado e uma Corte de Justiça, demonstra a preocupação dos seus membros com o impacto destas questões na seara econômica.

²⁵Vide capítulo 2.

teórico, concentrar-nos-emos na violência direta, cuja escalada ficou evidente pelo *modus operandi* da RUF.

Inicialmente, conforme descrito no capítulo anterior, a RUF disseminava a necessidade da derrubada do governo de Joseph Momoh, da restauração do sistema multipartidário e de uma melhor distribuição das riquezas. No entanto, esse viés rapidamente cedeu lugar ao radicalismo, especialmente quando o grupo passou a ser liderado por Fuday Sankoh, que mantinha contatos com Charles Taylor, do NPFL.

As ações iniciais da RUF tiveram o propósito de estabelecer o controle das áreas ricas em diamante e com centro urbano consolidado, onde poderia funcionar um quartel-general. Considerando as condições em que a população mais pobre vivia, o movimento insurgente foi inicialmente bem recebido por esta camada social, mas a violência empreendida nas ações, inicialmente contra as lideranças locais, depois contra a elite com maior escolaridade e os idosos, passou a revestir o movimento de uma imagem sanguinária. Ao mesmo tempo em que a RUF recrutava pessoal, geralmente mineradores, camponeses e jovens com pouca educação formal, prometendo a eles fácil acesso às riquezas nacionais, pessoas que poderiam se opor ao movimento insurgente ou que não pudessem incorporar a luta armada eram mortas violentamente. No que tange aos métodos empregados pela RUF, além de investir em treinamento de guerrilha, Sankoh coordenou a execução de assassinatos, pilhagens, estupros e tortura (ABDUL-MUMUNI, 2005; SILBERFEIN, 2010).

Com a escalada da violência e a resposta das tropas do SLA, a RUF respondeu às necessidades de recrutamento de pessoal por meio do aliciamento de crianças e adolescentes e do sequestro de adultos, trazendo ainda mais terror às populações dos vilarejos por onde o grupo passava. Vale ressaltar que muitos recrutas passaram a utilizar o aparato militar à sua disposição para resolver questões pessoais, realizando assassinatos, pilhagens e espalhando ainda mais terror em diversas localidades (ABDUL-MUMUNI, 2005). No entanto, o abuso

contra a população não ficou restrito às ações da RUF. Tropas governamentais também realizaram diversos atos de violência com motivação étnica (TRC, 2004).

Em 1992, o presidente Joseph Momoh foi obrigado a fugir do país devido a um golpe de estado orquestrado por Valentine Strasser, um oficial da SLA, que desde o início do conflito vinha reclamando das condições precárias dos soldados no *front*²⁶. Antes do golpe, Momoh havia empreendido uma primeira tentativa de dar fim ao conflito, prometendo eleições para o final de 1992, o reestabelecimento do multipartidarismo e a permissão para que a RUF participasse do pleito, desde que entregasse as armas. No entanto, o sucesso da guerrilha nos primeiros meses do conflito não despertou o interesse da RUF para uma solução negociada (MATEOS, 2010). Percebe-se, então, embora de forma bastante incipiente, uma abordagem *top-down*, partindo do governo central, uma liderança de nível 1 da pirâmide multinível de Lederach. Esta primeira abordagem não foi bem-sucedida, uma vez que foi tomada de forma unilateral, ou seja, sem que uma das partes estivesse disposta a negociar²⁷.

Com a deposição do governo de Joseph Momoh, Valentine Strasser assumiu a presidência de Serra Leoa e estabeleceu o *National Provisional Ruling Council* (NPRC)²⁸. Este conselho possuía uma agenda baseada em três pontos fundamentais: a busca por um cessar-fogo imediato, a redemocratização do Estado e a continuidade do apoio à ECOMOG. O cessar-fogo foi ignorado pela RUF, que vinha obtendo sucesso em várias de suas operações, inclusive tomando o distrito de Kono, que compreendia a principal área de exploração de diamantes em Serra Leoa. Tal fato levou o NPRC a convidar a empresa privada sul-africana *Executive Outcomes* (EO)²⁹ para auxiliar no combate à RUF. Com a participação

²⁶Os soldados da SLA eram mal treinados, mal remunerados e mal equipados. Existem diversos relatos de soldados que passaram a exercer atividades ilícitas, incluindo a cobrança de tributos em vilarejos, ou mesmo cooperando com a RUF e dividindo com os insurgentes os espólios de guerra (SILBERFEIN, 2010).

²⁷Em outras palavras, esta ação do governo leonês estava em desacordo com o conceito de negociação de Zartman e Berman (1982), apresentado no capítulo 2, caracterizando-se como uma imposição de agenda.

²⁸O NPRC era uma junta militar estabelecida em 1992, após o golpe militar que depôs Joseph Momoh (ABDUL-MUMUNI, 2005).

²⁹A EO foi fundada em 1989 por Edben Barlov, ex-oficial das Forças Especiais Sul-Africanas, após sua desativação (WOODS e REESE, 2008). O uso das chamadas Companhias Militares Privadas, tal como a EO, é bastante controverso. No entanto, como pode-se perceber, sua participação no conflito de Serra Leoa trouxe uma vantagem militar ao governo, ao forçar o recuo das tropas da RUF para além da fronteira com a Libéria.

da EO, o governo leonês conseguiu afastar as tropas da RUF, que já se aproximavam de Freetown, além de retomar o controle da maioria das regiões mineradoras do país, com o auxílio dos *Kamajors*³⁰, forçando os insurgentes a recuarem para o leste (MATEOS, 2010).

Em janeiro de 1996, o General Julius Maada-Bio aplicou um golpe de estado e depôs Valentine Strasser pouco antes das eleições gerais, que foram vencidas por Ahmad Tejan Kabbah, que vinha trabalhando para o *United Nations Development Programme* (UNDP)³¹ por vários anos. Apesar do clima de instabilidade, um acordo de paz foi assinado em setembro de 1996 na cidade de Abidjan, na Costa do Marfim, entre o governo de Kabbah e a RUF (WOODS e REESE, 2008; MATEOS, 2010). O acordo de Abidjan foi resultado do esforço do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)³², da Organização da Unidade Africana (OUA)³³ e da Organização das Nações Unidas (ONU), que convenceram Sankoh e o NPRC a sentarem à mesa de negociações (ABDUL-MUMUNI, 2005).

Percebe-se que nos cinco primeiros anos do conflito muito pouco foi feito para solucioná-lo. As ações até então empreendidas foram iniciativas do governo e, na prática, uma imposição de agenda. Por parte da RUF, não havia predisposição para a negociação, uma vez que o referido grupo apegava-se às vitórias militares conseguidas no início do conflito. Todas as abordagens anteriores ao Acordo de Abidjan podem ser classificadas como *top-down*, de acordo com a nomenclatura proposta por Lederach, ou seja, não envolveram a participação de representantes dos níveis 2 e 3 da pirâmide multinível³⁴.

³⁰Os *Kamajors* eram uma milícia pró-governo, de etnia Mende, utilizadas como *Civil Defense Force* (CDF), ou Força Civil de Defesa, em apoio à EO e às tropas do governo em oposição à RUF (WOODS e REESE, 2008).

³¹O acrônimo UNDP, em português, significa Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e possui a missão de contribuir para a erradicação da pobreza, auxiliando os Estados no desenvolvimento de políticas, habilidades, parcerias e instituições capazes de promover o progresso de forma sustentável (UNDP, 2018).

³²O CICV é uma organização imparcial, neutra e independente, fundada em 1863, com o propósito de levar assistência, em todo o mundo, às pessoas afetadas por conflitos e pela violência armada (CICV, 2018).

³³A OUA foi fundada em 1963 na cidade de Adis Abeba, Etiópia, com o intuito, dentre outros, de acabar com o colonialismo e estabelecer um espaço de cooperação interafricana (FERNANDES, 2016).

³⁴Conforme veremos adiante, já havia na década de 1990 organizações importantes envolvendo lideranças do nível 2, inclusive com alguma influência no processo político. No entanto, quando da análise do processo de resolução do conflito, a simples existência de lideranças neste nível pouco significa quando as organizações que representam não participam de forma ativa, harmônica e consentida com as de nível 1. Infelizmente, a participação de lideranças do nível 3 foi bastante reduzida e pode ser considerada uma lacuna no processo de resolução do conflito em Serra Leoa.

4.3 O ACORDO DE ABIDJAN

O acordo de Abidjan foi a primeira tentativa de se estabelecer uma abordagem distinta da que vinha sendo tentada até então, com a tentativa de estabelecer um processo de negociação, no sentido proposto por Zartman e Berman (1982)³⁵. Conforme supracitado, participaram do processo de negociação, além do NPRC e da RUF, o CICV, a OUA e a ONU. Ou seja, a busca pela resolução do conflito não foi meramente uma tentativa do governo leonês de impor um cessar-fogo. No que tange à pirâmide multinível de Lederach, a participação do CICV representa a ação de uma instituição que age juntos aos níveis 2 e 3, enquanto a ONU e a OUA atuam no nível político, o mesmo das lideranças de nível 1.

Dentre os principais pontos constantes do texto do Acordo de Abidjan, destacam-se: o cessar-fogo imediato; a formação de um grupo neutro de monitoramento com membros da comunidade internacional, com o intuito de reportar quaisquer violações ao cessar-fogo; a garantia do respeito aos direitos civis e políticos dos cidadãos; a saída do EO, em um prazo de cinco semanas após a formação do grupo de monitoramento; a formação de uma Comissão para a Consolidação da Paz, a ser implementada em duas semanas a partir da data da assinatura do acordo; a entrega das armas por parte da RUF; e a garantia do governo leonês de que os guerrilheiros da RUF não seriam processados pelas ações até então empreendidas (ONU, 1996). Aparentemente, uma gama de “boas intenções”, mas sem a criação de um ambiente politicamente estável que justificasse o sucesso do acordo. Além disso, o que se percebe é uma predisposição maior do governo para negociar e até ceder, no caso da proteção jurídica aos insurgentes, do que da RUF para abrir mão de seu projeto de poder.

Vários foram os motivos pelos quais o acordo de Abidjan fracassou. Richards (2003) destacou que o acordo estava fadado ao insucesso desde antes de ser assinado, uma vez que não era interesse da RUF negociar e as ações para levar Foday Sankoh à mesa de

³⁵Vide capítulo 2.

negociações foram executadas com muita rapidez, inclusive com a tomada, pelo EO, de redutos importantes para o grupo insurgente. Outra razão importante para o fracasso foi o rápido desenrolar do processo eleitoral de 1996, que impossibilitou a RUF de concorrer como um partido político. Vale lembrar que a RUF tinha um projeto de poder e que quaisquer ações que pudessem frustrar essas pretensões não seriam aceitas com facilidade. Ademais, o acordo não estabeleceu um cronograma bem definido para as ações da Comissão para a Consolidação da Paz, além de desconsiderar as atrocidades praticadas tanto pelas tropas do governo como pela RUF. Ainda, houve pouca participação das lideranças leonesas dos níveis 2 e 3 na negociação, sem grandes perspectivas de satisfação das necessidades básicas daqueles que estão na base da pirâmide social.

Bangura (1997), por sua vez, observou que não houve por parte do presidente eleito, Tejan Kabbah, uma real intenção de incluir a RUF em quaisquer esferas de poder legalmente constituído. Do ponto de vista de um processo de negociação, conforme visto no capítulo 2, não houve de fato um comum acordo entre as partes, tendo a RUF conseguido nada mais do que a anistia para suas ações.

Pela lente teórica de Lederach, percebe-se que o gerenciamento da crise, desde o início do conflito até o momento aqui descrito, foi falho em diversos pontos. Em primeiro lugar, devemos entender que todos os cessar-fogos até então propostos ou estabelecidos, como no caso do acordo de Abidjan, não partiram de ações espontâneas das partes beligerantes. Tampouco houve alguma proposta real de rebalanceamento de poder. Outro ponto digno de registro foi a inexistência de ações realmente destinadas a aliviar as mazelas daqueles que eram os mais afetados pela guerra. Ademais, a ideia de “transformação do conflito”³⁶, que representa a transição de um estado beligerante para a paz duradoura, foi mal planejada, uma vez que não foi cogitada uma alteração significativa nas estruturas sociais, desde as relações de poder até a questão da representatividade. Esse processo de

³⁶Vide capítulo 2.

transformação, para ser bem-sucedido, deve englobar as dimensões pessoal, relacional, estrutural e cultural³⁷. No caso do acordo de Abidjan, apenas a dimensão relacional foi abordada. Ressalta-se que embora seja muito difícil enquadrar as quatro dimensões em um processo, seria bastante ingênuo vislumbrar algum sucesso quando os problemas estruturais não são devidamente considerados.

4.4 DO GOLPE CONTRA O GOVERNO DE KABBAH AO ACORDO DE LOMÉ

O projeto de paz constante do texto do acordo de Abidjan não foi bem-sucedido e, pelas razões supracitadas, durou muito pouco. Em maio de 1997, o Major John Paul Koroma aplicou um golpe militar e derrubou o governo Kabbah. Este golpe foi resultado do sentimento de marginalização dos militares do Exército, que além de sofrerem com as péssimas condições materiais e de trabalho, enfrentavam uma competição com a CDF. Koroma suspendeu a Constituição, aboliu os partidos políticos e estabeleceu o *Armed Forces Revolutionary Council*³⁸(AFRC), que incluía membros do SLA e da RUF (MATEOS, 2010; SILBERFEIN, 2010). Embora a participação da RUF em uma aliança com o AFRC pareça contraditória, na verdade tratava-se de puro oportunismo. Richards (2003) destacou que a RUF aproveitou o período em que o AFRC permaneceu no poder para acumular recursos e melhorar suas condições para enfrentar um provável prosseguimento do conflito³⁹.

No que tange à situação econômica, houve uma piora significativa nos primeiros meses do governo de Koroma. Parte considerável do problema foi causado pelo boicote da ECOWAS à Junta e aos ataques iniciados pela ECOMOG contra as tropas fiéis a Koroma, após a deposição de Kabbah. Além disso, a AFRC também foi alvo de vários atos de desobediência civil e de competição na disputa pelo acesso às áreas de mineração de

³⁷Vide capítulo 2.

³⁸Em português, “Conselho das Forças Armadas Revolucionárias”, também conhecido como “Junta”.

³⁹Silberfein (2010) ressalta que, nesta época, a RUF mantinha uma vigorosa troca de diamante por armamentos. A Libéria possuía um papel importante na receptação do diamante contrabandeado, mas havia também outros atores importantes, como Gâmbia e Burkina Faso. Esses mesmos Estados eram pontos intermediários do tráfico de armamentos provenientes principalmente da Rússia.

diamante. Estes atos, em grande proporção, contaram com apoio de co-conspiradores da RUF e do SLA. Em outubro de 1997, com o aumento da pressão internacional, foi assinado o Acordo de Conakry entre a ECOWAS e a AFRC, prometendo o retorno do governo eleito ao poder, a cessação das hostilidades, a aceitação de ajuda humanitária e a criação de condições para o retorno dos refugiados (ONU, 1997). No entanto, pouco progresso foi alcançado até o início do ano seguinte, o que levou a CDF e a ECOMOG a reiniciarem seus ataques, obrigando a RUF a se afastar de Freetown em direção à fronteira com a Libéria⁴⁰. Com isso, o governo da AFRC foi deposto e o governo de Kabbah, reestabelecido. No entanto, a RUF ainda era um problema potencial e logo eles reiniciaram seus ataques, avançando novamente em direção a Freetown, mas foram novamente repelidos pela ECOMOG. Neste contexto, a RUF reconheceu que a tática empregada não a levaria a um resultado satisfatório e sustentável e acabou por aceitar, em maio de 1999, um cessar-fogo e uma paz mediada, culminando, em outubro deste mesmo ano, com a assinatura do Acordo de Lomé (SILBERFEIN, 2010).

Há algo importante a ser esclarecido neste ponto. Ao analisarmos, sob o arcabouço teórico de Lederach, as ações tomadas até outubro de 1999 para encerrar o conflito, verificamos a ausência de praticamente todas as condições para que se conseguisse uma paz prolongada. Os Acordos de Abidjan e de Conakry são exemplos desta afirmação. Em nenhum deles foi aceita uma paz mediada pelas partes conflitantes. Além disso, o foco, até então, foram as ações imediatas, ou seja, o cessar-fogo, sem uma definição de um cenário futuro aceito por ambas as partes. Ademais, as lideranças dos níveis 2 e 3 tiveram pouca participação em Abidjan e Conakry e não conseguiram exercer uma influência realmente notória, a ponto de mudar os rumos do conflito, embora se pudesse afirmar, conforme será demonstrado a seguir, que havia um grande potencial para que isso ocorresse.

⁴⁰Essa ação da ECOMOG, embora tenha sido bem-sucedida, trouxe alguns efeitos colaterais, especialmente para a população. Dentre as consequências, pode-se identificar 700.000 deslocados internos e 450.000 refugiados (ONU, 2011).

4.5 BREVE HISTÓRICO DAS LIDERANÇAS DE NÍVEL 2 EM SERRA LEOA

Antes de analisarmos o acordo de Lomé, é importante apresentarmos algumas importantes organizações de nível 2, seja por conquistas isoladas, seja pela visibilidade alcançada. Cada uma das organizações abaixo mencionadas surgiu em um momento distinto no decorrer do conflito e, em conjunto, constituem uma demonstração da força e importância dos movimentos sociais. Algumas dessas organizações foram bastante proativas nas ações decorrentes do Acordo de Lomé. Vale lembrar que as lideranças de nível 2 são as que promovem uma abordagem *middle-out*, tratada por Lederach como a mais importante.

Inicialmente, vale mencionar o *National Coordinating Commission for Peace*⁴¹ (NCCP), que era constituído por grupos diversos, como o *Council for Churches in Sierra Leone*⁴² e o *Sierra Leone Teachers Union*⁴³. O NCCP surgiu durante o governo do NPRC e teve uma existência breve, mas conseguiu organizar *workshops* e fóruns educacionais com o propósito de mobilizar a opinião pública e, conseqüentemente, forçar as partes beligerantes a negociarem (MATEOS, 2010).

Após o golpe do AFRC, um movimento de resistência se fortaleceu, culminando com a criação do *Movement for the Restoration of Democracy*⁴⁴ (MRD), o qual incorporou grupos de pressão como os Kamajors, que eram opositores à RUF. Percebe-se, pois, que havia, no nível 2, quem acreditasse no sucesso da luta armada contra a RUF (GBERIE, 2005).

Outro grupo que ganhou visibilidade foi o *National Union of Sierra Leone Students*⁴⁵ (NUSS), que já existia antes do início do conflito. Em agosto de 1997, o grupo anunciou uma manifestação contra o AFRC e a RUF, mas muitos estudantes foram mortos em uma reação violenta do governo (KAIFALA, 2017).

⁴¹Em português, Comissão de Coordenação para a Paz.

⁴²Em português, Conselho de Igrejas de Serra Leoa.

⁴³Em português, Sindicato dos Professores de Serra Leoa.

⁴⁴Em português, Movimento pela Restauração da Democracia.

⁴⁵Em português, União Nacional dos Estudantes de Serra Leoa.

No que tange ao *Inter-Religious Council of Sierra Leone*⁴⁶ (IRCSL), Mateos (2010) esclareceu que o grupo participou das conversações em Abidjan, propondo sua participação de forma cooperativa por meio da influência religiosa para que o processo de resolução do conflito ocorresse de forma pacífica. No entanto, essa participação foi pequena, não surtiu efeito e tampouco se configurou como uma abordagem *middle-out* na pirâmide multinível de Lederach. Ressalta-se, entretanto, que a participação do IRCSL nas negociações do Acordo de Lomé e em algumas ações empreendidas após a sua assinatura foi mais ativa, uma vez que o grupo possuía bons relacionamentos com o governo e com a RUF.

Outro aspecto digno de registro foi o estabelecimento do *Sierra Leone Woman's Forum*⁴⁷ (SLWF), uma iniciativa da *Sierra Leone Association of University Woman*⁴⁸ (SLAUW). O SLWF foi o ponto de partida para a participação de mulheres em várias conferências, como a de Bintumani, cujo resultado foram ações que aceleraram o fim do governo Strasser. Pode-se conjecturar que a participação feminina mais notória ocorreu na Conferência Nacional Consultiva, conduzida pela *National Commission for Democracy and Human Rights*⁴⁹, durante o processo que levou à assinatura do Acordo de Lomé. A referida conferência teve o propósito de levar as demandas sociais às discussões que definiram a redação final do Acordo. Infelizmente, as mulheres não tiveram grande representatividade nas instituições após a cessação das hostilidades, ou seja, durante o processo de reconstrução do Estado (TRC, 2004; MATEOS, 2010).

Finalmente, vale mencionar que as iniciativas de associações como a *Campaign for Good Governance*⁵⁰ (CGG), *Network Movement for Justice and Development* (NMJD) e *Human Rights Committee*⁵¹ (HRC) tiveram importante papel tanto em Abidjan como em Lomé, embora tenha sido somente com o Acordo de Lomé que algum resultado prático foi

⁴⁶Em português, Conselho Interreligioso de Serra Leoa.

⁴⁷Em português, Forum das Mulheres de Serra Leoa.

⁴⁸Em português, Associação das Mulheres Universitárias de Serra Leoa.

⁴⁹Em português, Comissão Nacional para a Democracia e Direitos Humanos.

⁵⁰Em português, Campanha para a Boa Governança.

⁵¹Em português, Comitê dos Direitos Humanos.

obtido. Havia, nestes grupos, uma retórica de não-vingança e a ideia de que ações punitivas contra os guerrilheiros da RUF poderiam levar o acordo a fracassar (MATEOS, 2010).

4.6 O ACORDO DE LOMÉ

Abdul-Mumuni (2005) identificou três razões fundamentais para a assinatura do Acordo de Lomé. Em primeiro lugar, destacou o apoio público às ações militares da ECOMOG, o que era desfavorável à RUF. Por outro lado, havia também a pressão constante da RUF sobre a região de Freetown, o que era desfavorável ao governo leonês. Embora os insurgentes, nas outras tentativas, tenham sido repelidos da capital, nada indicava que uma retração do grupo para a área de fronteira com a Libéria significaria que uma nova tentativa de expansão da RUF para o principal centro do poder de Serra Leoa não voltaria a acontecer, uma vez que o grupo conseguia manter-se armado por meio do tráfico de diamantes. Havia ainda a crescente pressão internacional para que fosse alcançado um acordo de paz entre o governo, o AFRC e a RUF. As partes conflitantes viram nesta pressão crescente uma oportunidade de mediação neutra, com vantagens para cada parte. Ademais, a realização de eleições na Nigéria poderia significar a retirada dos soldados nigerianos de Serra Leoa⁵². E essa era uma promessa dos principais candidatos. Para o governo, essa era uma importante razão para ir à mesa de negociações. Para o AFRC e a RUF, era uma oportunidade para conseguir a liberdade de seus líderes e a anistia para os seus atos. No caso da RUF, havia ainda a chance de consolidar-se como partido político.

O Acordo de Lomé foi assinado em 7 de julho de 1999, sendo efetivamente mediado pela ONU, OUA e ECOWAS, classificadas como lideranças do nível 1. O texto do referido documento determina o cessar-fogo imediato, bem como o reconhecimento da

⁵²Mateos (2010) relembra que as tropas da ECOMOG eram formadas, em sua maior proporção, por nigerianos. Vale ressaltar que a Nigéria era o Estado que possuía o Exército mais forte e organizado entre os países da ECOWAS.

*United Nations Observer Mission in Sierra Leone*⁵³ (UNOMSIL) como coordenadora de um grupo de monitoramento do cessar-fogo. Ainda, o mandato da ECOMOG foi revisto para incluir as funções de *peacekeeping* e de proteção dos observadores da ONU. Três meses após a assinatura do Acordo de Lomé, a UNOMSIL foi encerrada, dando lugar à *United Nations Mission in Sierra Leone*⁵⁴ (UNAMSIL), cujo mandato incluía ações relacionadas à facilitação da assistência humanitária e auxílio ao governo de Serra Leoa no que tange ao desarmamento, desmobilização e plano de reintegração (ONU, 2005).

Percebe-se que o Acordo de Lomé, por ter sido fruto de um interesse comum de acordo entre as partes beligerantes, enquadra-se no conceito de negociação de Zartman e Berman (1982)⁵⁵. Pode-se mencionar ainda que o processo de mediação, tal como caracterizado por Bercovitch (1996)⁵⁶, foi aceito entre as partes, o que contribuiu para o aumento da probabilidade de sucesso na implementação do acordo.

Outro ponto importante do Acordo de Lomé foi o reconhecimento da RUF como um partido político, bem como a aceitação do desarmamento pela sua liderança, embora tal aceitação não tenha sido generalizada. Mais do que isso, o texto do referido acordo previa a concessão de posições ministeriais para lideranças da RUF, inclusive para Foday Sankoh (ONU, 1999). Ainda sobre a questão teórica da definição de um processo de negociação, percebe-se uma predisposição das partes em abrir mão de algum elemento que lhe era importante. No caso da RUF, das suas armas e no caso do governo, da aceitação da institucionalização de mais um ator no cenário político, ainda que este ator tenha representado, até então, uma grande ameaça à estabilidade do Estado.

Outro artigo do Acordo de Lomé previu a criação da *Commission for the Consolidation of Peace*⁵⁷ (CCP), estabelecendo programas que promovessem a reconciliação

⁵³Em português, Missão de Observadores das Nações Unidas em Serra Leoa.

⁵⁴Em português, Missão das Nações Unidas em Serra Leoa.

⁵⁵Vide capítulo 2.

⁵⁶*Idem*.

⁵⁷Em português, Comissão para a Consolidação da Paz.

e o bem-estar de todos, em especial das vítimas da guerra. Em sua estrutura, estava prevista a participação de dois representantes da sociedade civil (ONU, 1999). A participação de representantes de níveis 2 e 3 trouxe esperanças no sentido de que se conseguisse lograr êxito na satisfação das necessidades das camadas sociais menos favorecidas, as mais afetadas pelo conflito⁵⁸. E essa participação, conforme explicitado no próprio texto do Acordo de Lomé, não ficou restrita à CCP, mas também se fez presente em diversas outras iniciativas, tal como a *Commission for the Management of Strategic Resources, National Reconstruction and Development*⁵⁹ (CMRRD).

Outros artigos importantes do acordo em pauta incluíram a formalização da anistia aos guerrilheiros do AFRC e da RUF, a necessidade de uma reforma constitucional, a definição de novas eleições e a formação de um comitê eleitoral (ONU, 1999). A questão da anistia, embora controversa, era de suma importância para que as negociações pudessem apresentar algum progresso e representaram, de acordo com a teoria de Lederach, uma abordagem na dimensão relacional. A reforma constitucional, por sua vez, representa tanto a dimensão estrutural, natural em qualquer revisão constitucional, como a pessoal, com o compromisso de melhor satisfazer às aspirações de todos os setores da sociedade.

Do ponto de vista humanitário, o Acordo de Lomé reservou uma série de artigos para tratar de questões como educação, saúde, situação dos refugiados e dos prisioneiros. Todos os prisioneiros políticos e de guerra, segundo o texto do acordo, deveriam ser soltos imediatamente. Além disso, estava garantida a liberdade de expressão, associação e política. Ademais, a tortura foi textualmente proibida e o direito à vida garantido. O direito à educação gratuita nos nove primeiros anos escolares foi formalizado, com o compromisso da extensão desse direito até o décimo segundo ano. Disciplinas relacionadas à cidadania e direitos humanos deveriam ser incluídas no currículo escolar (ONU, 1999).

⁵⁸Na verdade, a participação de lideranças do nível 3 foi bastante reduzida perto do que poderia ter sido.

⁵⁹Em português, Comissão para o Gerenciamento de Recursos Estratégicos, Reconstrução Nacional e Desenvolvimento.

Pelo que foi apresentado, percebe-se que o Acordo de Lomé buscou estabelecer uma ênfase especial na questão dos direitos básicos, como educação e saúde, que ainda eram inacessíveis à maioria da população. Embora muitas das determinações relacionadas a esses direitos possam ser comparadas às nossas normas constitucionais programáticas, espera-se que as ações decorrentes surtam efeito no longo prazo, sendo essenciais para que se alcance o “futuro desejado”, na dimensão temporal da teoria de Lederach⁶⁰.

4.7 O PERÍODO 1999 – 2014

É importante ressaltar que o período posterior à assinatura do Acordo de Lomé não foi de paz absoluta. De fato, é natural supor que os termos de um acordo podem não ser integralmente aceitos pelas partes. E isso, de fato, ocorreu, uma vez que Foday Sankoh não estava satisfeito com as concessões à RUF (ABDUL-MUMUNI, 2005). Tal fato refletiu o radicalismo de suas ideias e a pouca ou nenhuma margem de aceitação a concessões, uma vez que seu propósito sempre foi a tomada do poder. Como o exército de Serra Leoa era mal treinado e equipado, pouco pode fazer em abril de 2000, quando a RUF lançou uma série de ataques à Freetown, resultando na morte de quatro soldados quenianos da UNAMSIL e no sequestro de 500 *peacekeepers* zambianos. Nesse período, Serra Leoa era um Estado fragmentado e boa parte do território era classificado como *no-go zones*, sendo praticamente inacessíveis às agências governamentais e não-governamentais (SILBERFEIN, 2010).

A ação da RUF e o efeito desmoralizante do sequestro de *peacekeepers* levou a ONU a aumentar consideravelmente seu contingente e expandir rapidamente sua atuação no interior, contando com o importante apoio de tropas britânicas, que passaram a atuar no Estado como parte de um acordo bilateral. Com a ajuda dos britânicos, Foday Sankoh foi capturado e os *peacekeepers* sequestrados foram libertos. Em novembro de 2001, tropas da UNAMSIL haviam ocupado todos os pontos críticos do território de Serra Leoa, sendo o

⁶⁰Vide capítulo 2.

processo de desarmamento da RUF concluído em janeiro de 2002, quando a guerra civil foi oficialmente encerrada. Entretanto, a ONU considerou a situação estabilizada somente em dezembro de 2005, quando a UNAMSIL foi encerrada e o *United Nations Integrated Office in Sierra Leone*⁶¹ (UNIOSIL) foi criado (ONU, 2011).

O UNIOSIL teve importante participação no processo eleitoral de 2007, provendo treinamento em 49 distritos e atendendo a 37.000 pessoas que trabalharam nas eleições. O presidente eleito, Ernest Bai Koroma, do APC, assumiu em novembro de 2007, com um programa de governo baseado na reconstrução do Estado. Em agosto de 2008, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu o *United Nations Integrated Peacebuilding Office in Sierra Leone*⁶² (UNIPSIL), que ocupou o lugar do UNIOSIL. O UNIPSIL, cujo mandato durou até 2014⁶³, tinha o propósito fomentar a paz, oferecendo apoio e treinamento para a polícia e para as forças de segurança, além de contribuir para a consolidação de instituições democráticas e para a promoção dos direitos humanos (ONU, 2011).

À luz do que foi exposto, depreende-se que as ações da ONU em conjunto com o governo leonês, na teoria de Lederach, se enquadram nos quatro aspectos da sua dimensão temporal: “intervenção na crise”, com a UNAMSIL; “preparação e treinamento”, por contribuir para o treinamento das forças policiais e de segurança; “concepção das mudanças sociais”, por contribuir para uma maior inclusão social e “futuro desejado”, por fomentar a paz e a consolidação das instituições democráticas. Com relação ao nível de resposta, as ações da ONU englobaram também os quatro paradigmas: “questões específicas”, relacionadas ao contexto de hostilidades; “relacional”, por sua importância na mesa de negociações; “subsistema”, por englobarem todos os setores da sociedade e “sistema”, por vislumbrarem mudanças sistêmicas, com a construção de um Estado Democrático de Direito. Portanto,

⁶¹Em português, Escritório Integrado das Nações Unidas em Serra Leoa.

⁶²Em português, Escritório Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz em Serra Leoa.

⁶³Após o fim do mandato da UNIPSIL, suas responsabilidades foram transferidas para uma equipe da ONU formada por 19 agências, fundos e programas, baseado no *UN Development Assistance Framework* (em português, Estrutura Assistencial das Nações Unidas para o Desenvolvimento), conhecido como UNDAF (ONU, 2018).

pode-se afirmar que a ONU teve, e ainda tem, um papel fundamental na coordenação das ações que até então vem permitindo a consolidação e a continuidade dos termos do Acordo de Lomé.

4.8 SUMÁRIO DOS FATORES DE SUCESSO DO ACORDO DE LOMÉ

Embora as ações empreendidas pela ONU nos anos posteriores à assinatura do Acordo de Lomé tenham sido de suma importância para que a guerra civil em Serra Leoa chegasse ao fim, é importante identificar o porquê do referido acordo ter logrado êxito, criando um contexto político e social em que a construção de uma paz duradoura fosse possível. Dada a amplitude do tema, serão abordados apenas alguns fatores que permitem ilustrar a aplicabilidade da lente teórica de Lederach, sem preocupação em hierarquizá-los.

Em primeiro lugar, as negociações que levaram à assinatura do Acordo de Lomé permitiram, pela primeira vez desde o início do conflito, que fosse vislumbrado um “futuro desejado”. Esse é um ponto-chave na teoria de Lederach, uma vez que está relacionado com as mudanças desejadas nas estruturas políticas e sociais, bem como no relacionamento entre elas. Ao final, o que se vislumbrou foi a construção de uma democracia participativa, com instituições sólidas, sem discriminações de ordem social e étnica, baseada no pluralismo político e com respeito aos direitos humanos.

Abdul-Mumuni (2005) enfatizou que as causas-raízes do conflito em Serra-Leoa estão intimamente relacionadas à situação de pobreza e exclusão social da maioria da população, enquanto uma elite enriquecia com a exploração do diamante. Na verdade, esse quadro era resultante de problemas sistêmicos, alguns dos quais herdados do período colonial. O Acordo de Lomé foi resultado de um processo de negociação que buscou eliminar esses problemas. De fato, as ações da CCP focaram em problemas tais como a marginalização dos jovens, conflitos locais não resolvidos, sistemas de justiça locais opressores e impunidade

para as elites. Na teoria de Lederach, as ações do CCP estiveram relacionadas ao gerenciamento da crise, com ações de curto prazo e ao processo de transformação para o futuro desejado, ainda que com resultados de médio e longo prazos.

Outro fator importante foi a participação de lideranças de nível 2 nas negociações em Lomé, influenciando os níveis 1 e 3 da pirâmide multinível de Lederach. Conforme já mencionado, essa participação reveste-se de grande importância em um processo de construção da paz. Um exemplo bem-sucedido de participação de lideranças de nível 2 foi a ação do IRCSL nas conversações em Lomé, dado o bom relacionamento que o grupo possuía com a RUF e com o governo. Em Lomé, o IRCSL foi o porta-voz dos mais necessitados, conforme destacou Abdul-Mumuni (2005), propondo ações para solucionar as adversidades de quem mais sofreu com o conflito. Infelizmente, houve pouca participação de lideranças do nível 3 e isso pode ser entendido como uma lacuna no processo de construção da paz, de acordo com a teoria de Lederach.

Com relação à prevenção da recorrência do conflito, uma importante ação constante do texto do Acordo de Lomé foi a universalidade do acesso educação gratuita durante os nove primeiros anos escolares, tirando a juventude do alcance de grupos como a RUF e educando-a nos assuntos relacionados aos direitos humanos. Essa ação também pode ser classificada como programática, mas reveste-se de grande importância, sendo um aspecto fundamental na teoria de Lederach, pois contribui para a redução da probabilidade do recomeço do conflito ou de que um novo conflito se inicie a médio e longo prazos.

Isso posto, conclui-se a análise do conflito em Serra Leoa e do seu processo de resolução. Foram mencionados e analisados os principais acontecimentos e as ações empreendidas para que o conflito chegasse ao fim, bem como identificados, sob a lente da teoria de Lederach, os acertos e os erros em cada etapa do processo e uma importante lacuna, que foi a pouca participação de lideranças do nível 3 nas negociações do Acordo de Lomé.

5 CONCLUSÃO

A análise de um conflito moderno e do seu processo de resolução requer uma abordagem teórica robusta e focada nas interações entre os grupos sociais, permitindo ao pesquisador uma análise profunda o suficiente para lidar com a complexidade das relações entre as partes antagônicas. Neste contexto, o processo de resolução de um conflito requer a adoção de medidas que vão além do cessar-fogo, demandando também uma rodada de negociações geralmente difícil. Esta negociação tenderá a ser malsucedida quando desconsidera a importância da participação de todos os setores da sociedade. O modelo teórico de Lederach, conforme descrito neste trabalho, cumpre o requisito da robustez e permite uma análise profunda das interações entre partes conflitantes.

A guerra civil ocorrida em Serra Leoa foi bastante complexa, dada a amplitude da rede de relacionamentos das partes antagônicas. Além disso, o conflito esteve inserido em um contexto caracterizado por diversos problemas herdados do período colonial, dificultando a unificação dos setores da sociedade em prol do bem comum, bem como por um jogo de interesses que extrapolava as fronteiras nacionais. Nos primeiros anos após a independência, as riquezas nacionais, especialmente o diamante, serviram a dois propósitos: enriquecer as elites e financiar o esforço de guerra da RUF, que trocava diamante por armamento na Libéria. Considerando ainda a corrupção, fraqueza militar e baixa representatividade social dos governos pós-independência, pode-se perceber que o cenário era propenso à escalada da violência. Portanto, a complexidade geopolítica regional, que permitiu à RUF a construção de alianças para se opor ao governo leonês, e a instabilidade interna agravada por governos fracos e corruptos contribuíram para o agravamento do caos em Serra Leoa.

Como é comum aos conflitos que assolaram a África no período pós-colonial, a população mais vulnerável sofreu uma violência imensurável, sendo vítima de pilhagens, assassinatos e, em Serra Leoa, recrutamento infantil. Milhares de pessoas tiveram que deixar

seus vilarejos para habitar em campos de refugiados, em condições ainda piores do que as que enfrentavam nos seus locais de origem. Vale lembrar que tanto a RUF como as tropas governamentais se aproveitaram do caos para cometer uma série de abusos contra a população. No caso das tropas governamentais, a motivação para tais atos incluía as divergências étnicas, que foram exacerbadas pelos governos do SLPP e do APC. Portanto, os abusos cometidos contra a população refletiam, em parte, problemas anteriores ao período colonial e agravados no pós-independência por uma divisão partidária baseada na etnia.

Acerca do processo de resolução do conflito, pode-se dizer, até 1996, que as tentativas de pôr fim às hostilidades não levaram em consideração a necessidade de uma solução negociada entre as partes, fator este de suma importância no modelo teórico de Lederach. De fato, a primeira tentativa de negociação ocorreu no governo de Tejan Kabbah, culminando na assinatura do Acordo de Abidjan. No entanto, a análise deste acordo demonstra que tanto o processo de negociação, com a não inclusão da RUF nas esferas formais do poder estatal, como também a pouca participação de lideranças dos níveis 2 e 3, com reduzida presença de ações decorrentes de abordagens *middle-out* ou *bottom-up*, contribuíram para o insucesso das ações empreendidas e para o reinício das hostilidades. Esses problemas estiveram igualmente presentes no processo que levou à assinatura do Acordo de Conakry. Percebe-se, então, que a teoria de Lederach permitiu a identificação de lacunas no processo de resolução do conflito em Serra Leoa, desde as primeiras ações em busca de um cessar-fogo, além de permitir um melhor direcionamento das ações futuras.

Com o Acordo de Lomé, algumas lacunas identificadas com a aplicação da teoria de Lederach nos dois acordos supracitados foram preenchidas. Considerando que o Acordo de Lomé permitiu a criação de condições para a construção de uma paz sustentada, pode-se afirmar que este é um caso em que o modelo teórico adotado manteve coerência com a realidade. Conforme analisado no capítulo anterior, as lacunas preenchidas foram a aceitação,

pelas partes em conflito, de uma negociação mediada, bem como a participação ativa de lideranças do nível 2, possibilitando a implementação de ações decorrentes de abordagens *middle-out*. Tal abordagem, conforme analisado no capítulo 2, é a que possui maior potencial para a construção da paz no longo prazo. Entretanto, não houve participação significativa de lideranças do nível 3, o que pode ser considerado uma lacuna no processo de resolução do conflito, de acordo com a teoria de Lederach. Destarte, dada a falta de uma abordagem *bottom-up*, alguns problemas da base da pirâmide social podem não ter sido devidamente resolvidos, o que poderia ser um fator dificultador da manutenção da paz no longo prazo.

Isto posto, é importante mencionar que o resultado de um processo bem sucedido de construção da paz não é eliminação dos focos de conflito em uma sociedade, mas sim a mitigação das condições que podem levar ao descontrole do equilíbrio entre as partes e, por conseguinte, à violência direta. Pelos resultados positivos alcançados em consequência do Acordo de Lomé e das ações subsequentes, pode-se dizer que o equilíbrio entre as partes antagônicas foi alcançado e o processo de resolução do conflito em Serra Leoa foi satisfatório.

Pode-se, então, afirmar que o propósito do presente trabalho foi atingido. Por meio de um desenvolvimento analítico com base em uma teoria robusta, as questões levantadas no primeiro capítulo foram respondidas.

Finalmente, considerando a robustez da teoria de Lederach, sugere-se sua utilização em futuras pesquisas no âmbito da Marinha do Brasil, em especial na análise do processo de resolução dos conflitos nos quais a instituição teve alguma participação, fornecendo militares para compor as fileiras das missões de paz. Pode-se, ainda, realizar pesquisas com o propósito de mesclar outras teorias de resolução de conflitos, como a de Kumar Rupensinghe (1943 -), com a teoria de Lederach, de modo a explorar seus aspectos complementares. Esta construção do conhecimento é importante para que o Brasil tenha condições de participar mais ativamente dos processos decisórios durante as missões da ONU.

REFERÊNCIAS

ABDUL-MUMUNI, Abdallah. *Conflict Resolution in West Africa: A Comparative Analysis of Sierra Leone and Liberia*. 2005. 74f. Dissertação (Master's program in International and European Relations) – Department of Management and Economics, Linköping University, Linköping, Suécia, 2005. Disponível em <<http://liu.diva-portal.org/smash/get/diva2:20110/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2018.

ABRAHAM, Arthur. Bai-Bureh, the British, and the Hut Tax War. *The International Journal of African Historical Studies*, Boston, v. 7, n. 1, p. 99-106, ago. 1974.

BANGURA, Yusuf. Lumpen Culture and Political Violence: The Sierra Leone Civil War. *Africa Development*, v. 22, n. 3/4, p. 217-241, 1997.

BERCOVITCH, Jacob. *Resolving International Conflicts: The Theory and Practice of Mediation*. Lynee Rienner Publishers. London, 1996. 279p.

BUNDU, Abass. *Democracy by Force? A study of international military intervention in the conflict in Sierra Leone from 1991-2000*. Irvine: Universal Publishers, 2001. 330p.

CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha: O CICV. 2018. Disponível em <<https://www.icrc.org/pt/o-cicv>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

CURLE, Adam. *Making Peace*. Londres: Tavistock Publications, 1971. 301p.

DUGAN, Marie. A Nested Theory of Conflict. *A Leadership Journal: Women in Leadership – Sharing the Vision*, Little Rock, v. 1, n. 1, p. 9-20, jul. 1996.

ECOWAS. Economic Community of West African States: *History*. 2016. Disponível em <<http://www.ecowas.int/about-ecowas/history/>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

FERNANDES, Márcia. *A organização da Unidade Africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano IX, nº XVII, p. 99-117, ago. 2016.

GALTUNG, John. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 27, n. 3, p. 291-305, ago. 1990.

_____. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. SAGE Publications, 1996. 292 p.

_____. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, and Peacebuilding. In GALTUNG (Ed.). *Peace, War and Defence: Essays in Peace Research*. Christian Ejlertsen, Copenhagen, 1975. p. 282–304

_____. Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 6, n. 3, p. 167-191, ago. 1969.

GBERIE, Lansana. *A Dirty War in West Africa: The RUF and the Destruction of Sierra Leone*. Indiana: Indiana University Press, 2005. 224p.

HIRSCH, John L. Sierra Leone: Diamonds and the struggle for democracy. *Canadian Journal of African Studies*, v. 36, n. 1, p. 150-152, 2002.

KAIFALA, Joseph. *Free Slaves, Freetown and Sierra Leonean Civil War*. Nova York: The Jeneba Project Inc., 2017. 345p.

KEEN, David. *Conflict & Collusion in Sierra Leone*. Oxford: James Currey Publishers. 340p.

KELMAN, Herbert e FISCHER, Ronald. International Relations. In: SEARS, D; HUDDY, L; JARVIS, R. (Eds.). *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford University Press: Oxford, Reino Unido, 2003. p. 315-353.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro e BLANCO, Ramon. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 60, p. 137-150, 2016.

LEDERACH, John P. *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. United States Institute of Peace Press: Washington, D.C., Estados Unidos da América, 1997. 197p.

MITCHELL, C e BANKS, N. *Handbook of Conflict Resolution: The Analytical Problem-Solving Approach*. Printer Pub Ltd. Nova York, 1996. 187p.

RUPESINGHE, Kumar. e ANDERLINI, Sanam. *Civil Wars, Civil Peace: An Introduction to Conflict Resolution*. Pluto Press. Londres, 1998. 179p.

SILBERFEIN, Marilyn. The Geopolitics of Conflict and Diamonds in Sierra Leone, *Geopolitics*, Londres, v. 9, n. 1, p. 213-241, jun. 2010.

TAYLOR, Bankole. *Sierra Leone: the land, its people and history*. Dar Es Salaam: New Africa Press, 2014, 178 p.

MATEOS, O. *Beyond greed and grievance: Towards a comprehensive approach to African armed conflicts: Sierra Leone as a Case Study*. In: BOWD, R; CHIKWANHA, A. (Eds.). *Understanding Africa's contemporary conflicts: Origins, challenges and peacebuilding*. The African Human Security Initiative (AHSI): Monograph 173: Addis Abeba, Etiópia, 2010. p. 25-62.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Basic Facts about the United Nations*. Nova York: United Nations Department of Public Information, 2011. 309p.

_____: *Communiqué issued at Conakry on 23 October 1997 at the conclusion of the meeting between the Ministers of Foreign Affairs of the Committee of Five on Sierra Leone of the Economic Community of West African States and the delegation representing Major Johnny Paul Koromah*. Disponível em <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SL_971023_ConakryPeacePlan.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas: Sierra Leone – UNAMSIL - Mandate. Disponível em <<https://peacekeeping.un.org/mission/past/unamsil/mandate.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____: *Peace Agreement between the Government of the Republic of Sierra Leone and the Revolutionary United Front of Sierra Leone, signed at Abidjan on 30 November 1996*. Disponível em <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SL_961130_PeaceAgreementSierraLeone-RUFSL.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____: *Peace Agreement Between the Government of Sierra Leone and the Revolutionary Unit Front, signed at Lome on 7 July 1999*. Disponível em <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SL_990707_LomePeaceAgreement.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____: *United Nations Integrates Peacebuilding Office in Sierra Leone (UNIPSIL)*. Disponível em <<https://unipsil.unmissions.org>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

PAFFENHOLZ, Thania: International peacebuilding goes local: analysing Lederach's conflict transformation theory and its ambivalent encounter with 20 years of practice. *Peacebuilding*, Londres, v. 2, n. 1, p. 11-27, mai. 2013.

RICHARDS, Paul. *The Political Economy of Internal Conflict in Sierra Leone*. Working Paper 21. The Hague: Netherlands Institute of International Relations *Clingendael*, 2003, 41p. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/a616/3e0a5293b003911ae04c7639c5c8424b959e.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2018.

TRC. *Report of the Sierra Leone Truth & Reconciliation Commission*. Vol. 2. Disponível em: <<http://www.sierraleonetr.com/index.php/view-the-final-report/download-table-of-contents>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

UNDP. United Nations Development Programme: *Our Mission*. 2018. Disponível em <<http://www.undp.org/content/undp/en/home.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

VELLACCIO, Jacob F. *The Revolutionary United Front and Child Soldiers during Sierra Leone's Civil War*. 2015. 94f. Dissertação (Master of Military Art and Science) – U.S. Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas, Estados Unidos da América, 2015. Disponível em <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a623970.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2018.

WYSE, Akintola. *The Krio of Sierra Leone: An Interpretative History*. C. Hurst & Company. Londres, 1989, 161 p.

WOODS, Larry J. e REESE, Timothy R. *The Long War Series*. Occasional Paper 28. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute Press, 2008, 115p. Disponível em <<https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/combat-studies-institute/csi-books/OP28.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2018.

ZARTMAN, William and BERMAN, Mavreen. *The Practical Negotiator*. New Haven, CT: Yale University Press, 1982. 250 p.

ANEXO A

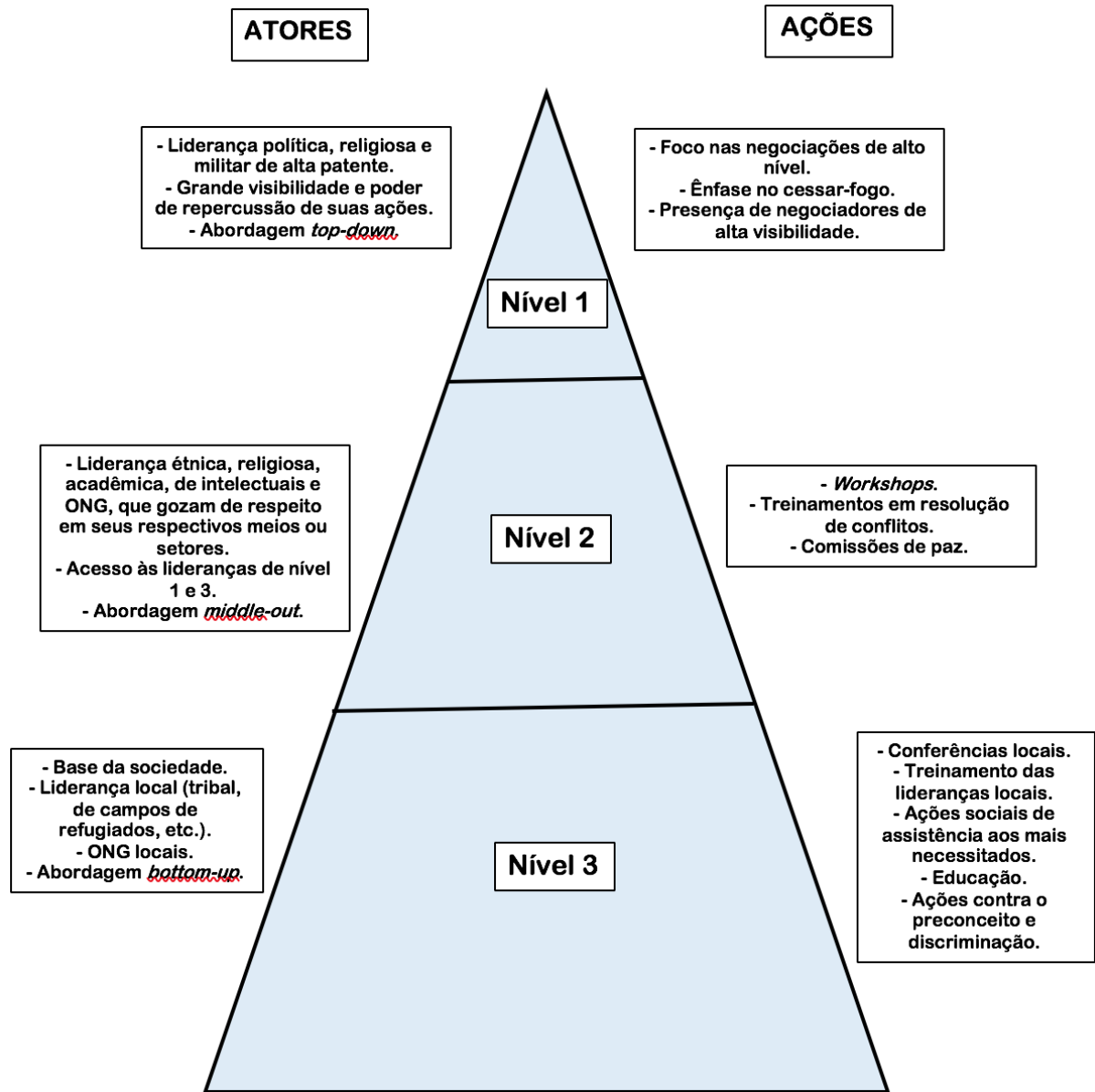


FIGURA 1 – Representação da pirâmide multinível de Lederach.
Adaptado de LEDERACH, John P., 1997, p. 39.

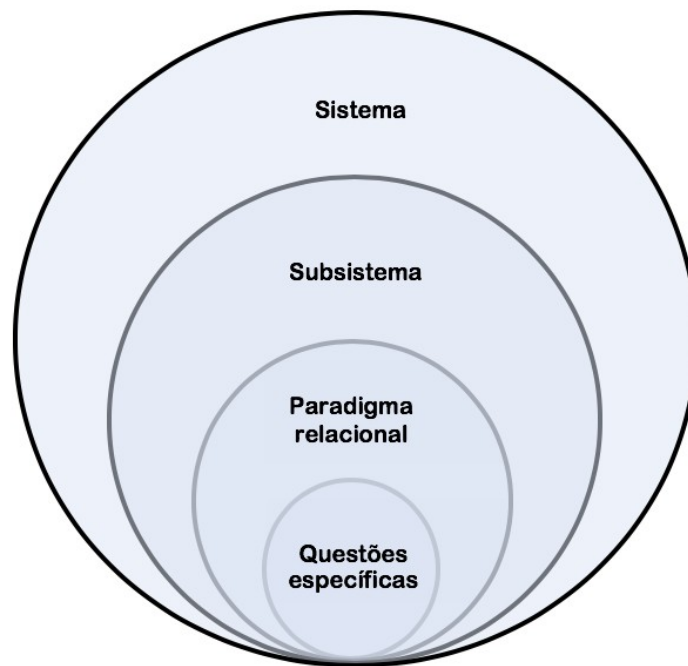


FIGURA 2 – Modelo Multiparadigma de Marie Dugan
Adaptado de DUGAN, Marie, 1996, p. 14.

ESTÁTICO	INSTÁVEL	DINÂMICO
	3 – NEGOCIAÇÃO	4 – PAZ SUSTENTADA
1 – EDUCAÇÃO LATENTE	2 – CONFRONTO GUERRA	

Uma seta diagonal aponta do canto inferior esquerdo para o canto superior direito, atravessando as células centrais da tabela.

FIGURA 3 – Evolução temporal do conflito, de acordo com Adam Curle.
Adaptado de CURLE, Adam, 1971, p. 186.

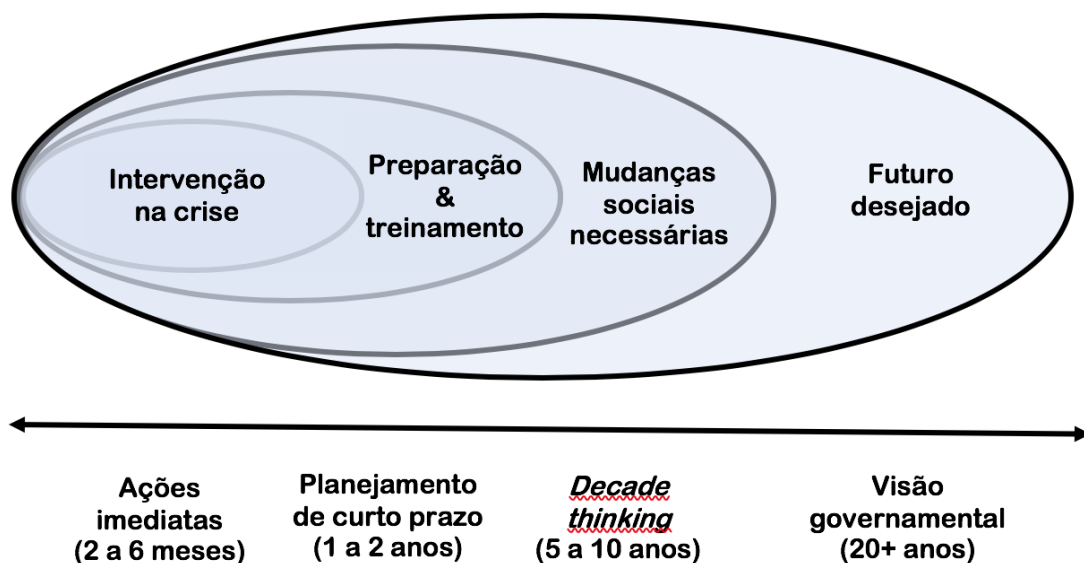


FIGURA 4 – Dimensão temporal do processo de construção da paz, segundo Lederach. Adaptado de LEDERACH, John P., 1997, p. 77.

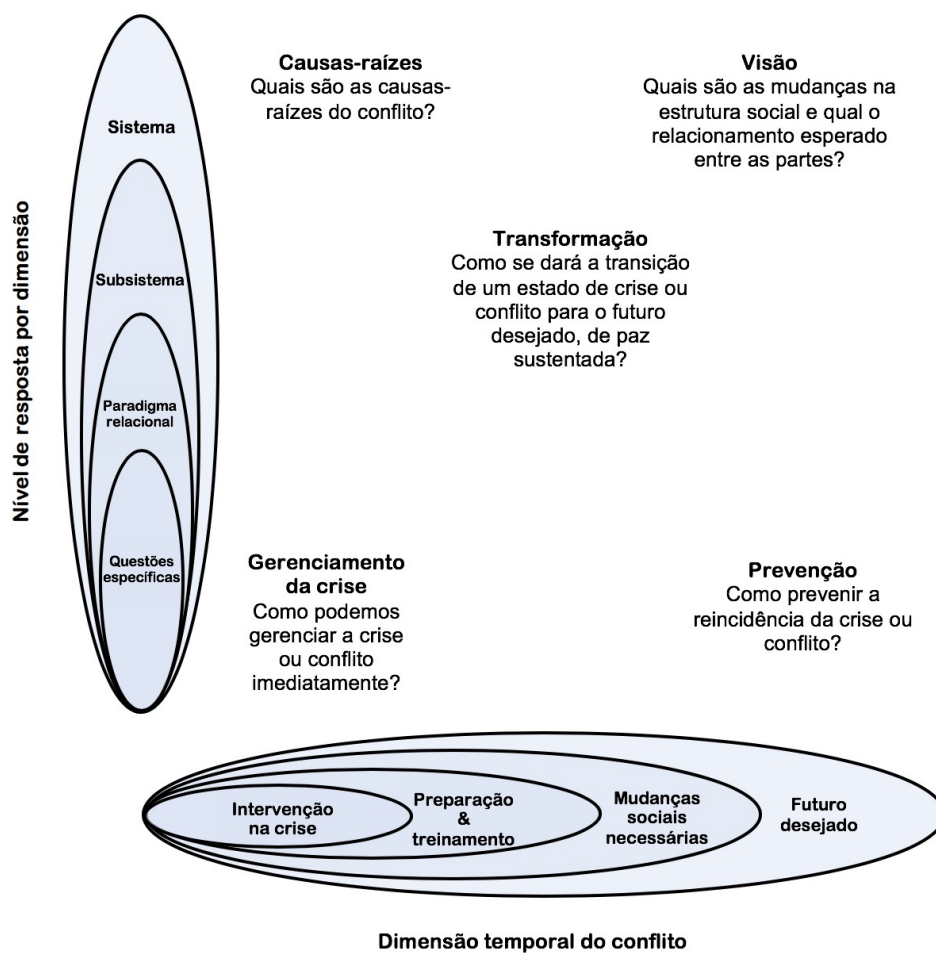


FIGURA 5 – Concepção integrada da visão sistêmica do conflito, de acordo com Lederach. Adaptado de LEDERACH, John P., 1997, p. 80.

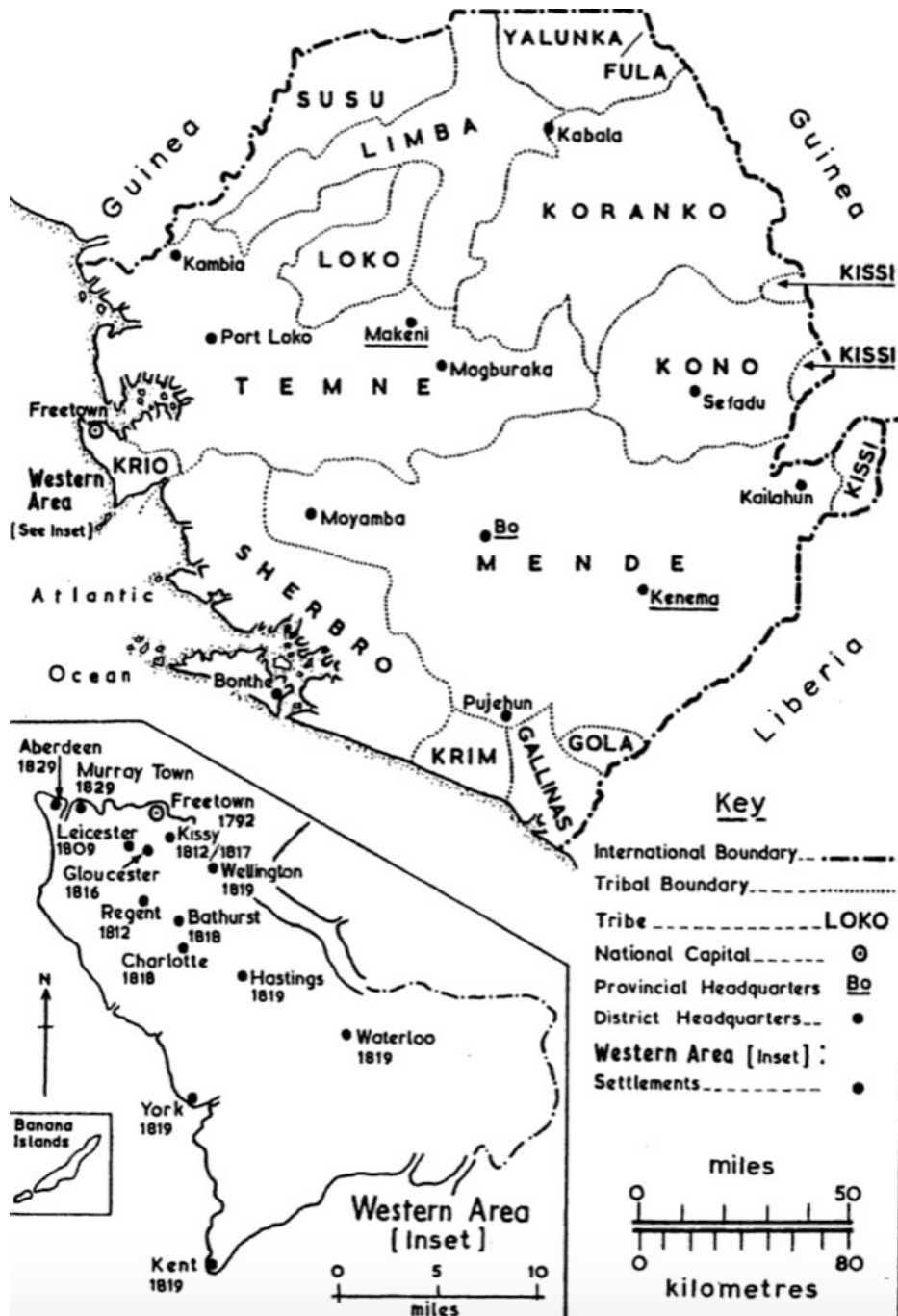


Figura 6 – Mapa de Serra Leoa com a divisão do território por etnias.
 Fonte: WYSE, Akintola, 1989, p. XIV.